



ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA **28 DE ABRIL DE 2009**

--- Aos **VINTE E OITO** Dias do mês de **ABRIL** de **DOIS MIL E NOVE**, nesta cidade de Vila do Conde, no edifício do Auditório Municipal, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila do Conde, expressamente convocada para o efeito, com a seguinte Ordem de Trabalhos: 1 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA; 2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA; **A)** Acta da Sessão Extraordinária de 30 de Outubro de 2008; **B)** Acta da Sessão Ordinária de 30 de Dezembro de 2008; **C)** Acta da Sessão Ordinária de 2 de Março de 2009; **D)** Desafecção do domínio público, para integração no domínio privado municipal, de uma parcela de terreno, com a área de 53,68m², sita na Avenida Varandas do Este, na freguesia de Touguinhó; **E)** Desafecção do domínio público, para integração no domínio privado municipal, de uma parcela de terreno, com a área de 137m², sita no Gaveto da Avenida José Ramos Maia e a Rua da Fábrica, em Touguinhó; **F)** Programa Finicia – Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no concelho de Vila do Conde; **G)** Alteração à Postura de Trânsito de Vila do Conde; **H)** Revisão das Grandes Opções do Plano de Actividades e Investimentos e Orçamento Municipais 2009; **I)** Relatório de Gestão e Contas de 2008; **J)** Informação da Presidência da Câmara sobre a actividade municipal: 3 – PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA. -----

--- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DR. LÚCIO FERREIRA, procedeu à chamada e verificou a existência de “quórum”. A sessão foi aberta pelas vinte e uma horas e trinta e cinco minutos. -----

--- Encontravam-se presente o PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º MÁRIO DE ALMEIDA, E OS VEREADORES; ENG.º ANTÓNIO CAETANO, PROF. DOUTOR VÍTOR COSTA, DR. PEDRO BRÁS MARQUES, DR. AFONSO FERREIRA, ENG.º PEDRO GUERRA. -----

--- Pediram a substituição do respectivo mandato os deputados municipais: VÍTOR MANUEL FERNANDES CARVALHO DA SILVA (SUSPENSÃO POR DEZ DIAS) ANA MARIA LIMA ABREU DE CARVALHO (SUSPENSÃO/IMPREVISTO), ANA PEDRO FERREIRA SILVA MENDES (SUSPENSÃO) E CARMEN ISABEL GONÇALVES SILVA (SUSPENSÃO POR TRINTA DIAS). -----

--- Faltaram os deputados municipais: VÍTOR FERNANDO BARROS REIS, JOAQUIM FERNANDO AMORIM COSTA. -----

--- Faltaram os PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE: JUNQUEIRA, LABRUGE, MALTA E MINDELO. -----

--- Para preencher a Mesa da Assembleia, dada a ausência do Primeiro Secretário, foi indicado o Presidente da Junta de Freguesia de Macieira da Maia, Fernando Oliveira, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

--- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu a conhecer a correspondência recebida e de imediato passou ao PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- DOC. 1, apresentado pela CDU, VOTO DE SOLIDARIEDADE para com os trabalhadores da Imperconser¹.-----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º MÁRIO ALMEIDA, esclareceu que a Câmara tem acompanhado de perto este problema, teve reuniões com os responsáveis e com os trabalhadores. Facultou aos trabalhadores transporte para estarem presentes nas sessões que se vão desenvolvendo no Tribunal do Comércio de Gaia, acompanhados por uma advogada da Câmara. Disse que a situação é preocupante. Que a Câmara Municipal já declarou que o terreno onde está instalada a empresa é e manter-se-á como terreno industrial. E que a empresa com a gestão dos italianos tem sido espectacular, que existe receio que o Tribunal altere a gerência, atribuindo-a à antiga gerência.-----

--- ESTE VOTO DE SOLIDARIEDADE FOI APROVADO POR UNANIMIDADE.-----

--- DOC. 2, apresentado pelo PS, VOTO DE CONGRATULAÇÃO à comunidade educativa vilacondense².-----

--- ESTE VOTO DE CONGRATULAÇÃO FOI APROVADO POR UNANIMIDADE.-----

--- DOC. 3, apresentado pelo PSD, DECLARAÇÃO POLÍTICA, sobre a baixa taxa de cobertura de rede de abastecimento domiciliário de água e saneamento³.-----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA referiu que a concessão à Indáqua acautelou devidamente os interesses de Vila do Conde. Esclareceu que no país inteiro foi criada uma taxa para instalar as chamadas ARH, que cobra um valor sobre o fornecimento de Água. Taxa essa que foi contestada por todos os autarcas, bem como pela Associação Nacional de Municípios. Não teve reclamações dos munícipes. Relativamente à obra que se está a desenrolar por todo o concelho disse não ter tido conhecimento de qualquer contestação pelos munícipes e que a evolução dessa obra está a decorrer bem, o concelho continua a ser coberto pelas redes de água e de saneamento conforme o programado e que o tarifário não agrava a situação das famílias.-----

--- FERNANDO REIS DA CDU entende que os vilacondenses pagam muito mais cara a água agora do que o faziam algum tempo atrás, houve do ano transacto para este um aumento de mais de oito por cento, incluindo-se as Taxas de Utilização dos Recursos Hídricos. Mas, também, durante este último mandato, subiram mais de cinquenta e cinco por cento os custos directos em termos globais dos recibos de água. Isto só aconteceu porque a água em Vila do Conde foi entregue aos privados, foi uma forma do Executivo Camarário compensar a Indáqua pelo facto de se ter retardado a solução pela Exploração das Redes de Água e Saneamento no concelho. O preço da água foi encarecendo gradualmente para que hoje a situação seja esta e sejam menores os prejuízos ou pelo menos, não sejam tão pequenos os lucros da Indáqua.-----

--- ARMANDO HÉRCULANO DO BE referiu que sempre se opôs à privatização dos bens municipais, a água é um deles. Lembrou que a Indáqua procura o lucro e que obter o lucro com o consumo da água é inqualificável. Disse que a Irlanda oferece dois litros por dia de água a cada munícipe. Apontou a pouca obra feita pelo PS em trinta e cinco anos de poder em Vila do Conde e disso acusa a oposição, o que é uma vergonha. Referiu que actualmente os vilacondenses pagam a água, as infra-estruturas e os lucros da empresa exploradora, que o preço do mesmo bem na Maia e em Matosinhos é mais barato que em Vila do Conde.-----

--- EDUARDO LEMOS DO PSD referiu que nos últimos trinta e cinco anos a Câmara Municipal não foi capaz de oferecer aos seus concidadãos um serviço básico de

¹ Doc. 1 que se anexa à presente acta e dela faz parte integrante

² Doc. 2 que se anexa à presente acta e dela faz parte integrante

³ Doc. 3 que se anexa à presente acta e dela faz parte integrante



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fornecimento de água. Também nesse período não construiu uma Etar. Existem freguesias em que não existe um metro de rede de água pública, nem um metro de saneamento básico. A Câmara Municipal entregou a privados a concessão de água e saneamento, mas não aos que ofereceram melhor preço, mas a quem ia aplicar preços mais elevados, o que foi logo denunciado pelo PSD. -----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA refutou as intervenções anteriores e lembrou que a população tem sabido responder à oposição, não se revendo nessas posições.-----

--- ARMANDO HERCULANO DO BE perguntou qual é a posição dos presidentes de Junta de Freguesias sobre o abastecimento de água e saneamento nas suas freguesias. Afirmou que o verdadeiro líder da bancada do PS é o Presidente da Câmara.-----

--- FERNANDO REIS DA CDU disse que a única coligação que viu na Assembleia Municipal foi a do PS, PSD e CDS quando aprovaram a privatização de água e saneamento básico. Que a oposição foi da CDU.-----

--- RUI SILVA DO PSD esclareceu que o PSD faz coligações com quem bem entende. Criticou os trinta e cinco anos de poder autárquico socialista no concelho quanto à gestão das redes de água e saneamento, por muito pouco ter sido feito e aquando da privatização não haver previsão da cobertura total. Por isso apoiaram a sua privatização, mas já não concordaram com a adjudicação desse serviços à Indáqua.---

--- CARLOS LARANJA DO PS referiu que não acredita que quem se referiu ao tema, ignore a impossibilidade que houve de se instalar as redes de água e saneamento no concelho. Se o esquecem é por pura demagogia e aproveitamento político. O PS não entra em demagogias, não brinca com os vilacondenses e por isso tem tido a confiança deles.-----

--- DOC. 4, apresentado pelo CDS/PP, RECOMENDAÇÃO sobre a recolha de óleos alimentares no concelho⁴.-----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA informou que é um assunto que está a ser tratado a uma escala que não a municipal, mas no âmbito da Lipor, que está a licenciar uma Estação de Tratamento dos Óleos procurando reactualizá-los como bio combustível. Referiu que o envolvimento das Escolas é fundamental, são grandes produtores e têm que ser devidamente sensibilizadas para esta matéria.-----

--- JOSÉ LARANJA DO PS disse que a Câmara Municipal já recolhe os óleos alimentares nos restaurantes, nas escolas e na feira da gastronomia. No Ecocentro existe já um "oleão".-----

--- ESTA RECOMENDAÇÃO FOI REJEITADA COM 30 VOTOS CONTRA, 16 VOTOS A FAVOR E 2 ABSTENÇÕES.-----

--- CARLOS LARANJA DO PS fez a seguinte "DECLARAÇÃO DE VOTO": "*Votamos contra este documento em primeiro lugar porque em nosso entender isto tratava-se apenas de uma recomendação formulada pelo CDS, a Mesa dava conhecimento e não tinha nada que por à votação. Este é o nosso entender. Em segundo lugar votamos contra porque depois das explicações do senhor Presidente da Câmara e do Membro da Assembleia Municipal que aqui falou é evidente que este documento que foi apresentado enferma de erros graves e naturalmente não podia merecer o nosso acordo.*"-----

---DOC. 5, apresentado pelo PS, VOTO DE CONGRATULAÇÃO pelo reconhecimento da importância ambiental da Paisagem Protegida do Litoral de Vila do Conde como área protegida de âmbito regional⁵.-----

--- FERNANDO REIS DA CDU referiu que também se congratula com a aprovação da

⁴ Doc. 4 que se anexa à presente acta e dela faz parte integrante

⁵ Doc. 5 que se anexa à presente acta e dela faz parte integrante



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Paisagem da Área Omitológica de Mindelo, mas lamenta que a sua regulamentação tivesse sido discutida antes de ser trazida à Assembleia Municipal. Disse que os seus custos serão suportados apenas pelo Governo e Câmara Municipal.-----

--- CONSTANTINO SILVA DO PSD disse que também se congratula com a aprovação. Lamentou que os agricultores, que são quem gerem a maioria da paisagem protegida, não tivessem sido envolvidos na discussão do projecto, tanto mais que eles serão essenciais para o desenvolvimento sustentado dessa área. Entende que de futuro se chame e envolvam os agricultores, pois a sua participação poderá ser um bom contributo para o equilíbrio ambiental dessa zona.-----

--- BRUNO ALMEIDA DO PS referiu que os agricultores saberão envolver-se no projecto e quem está à frente do projecto também saberá envolvê-los. A participação deve envolver todo o concelho e não só os habitantes e proprietários daquela zona. Lembrou a participação de todos os autarcas e da população vilacondense que possibilitaram a aprovação e souberam ao longo dos anos preservar aquela zona, que é única no distrito, daí o seu interesse regional.-----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA referiu que o que está em causa não é a utilização do espaço, mas sim a sua classificação. Para isso foi pedida a intervenção da Universidade do Porto, do Instituto da Conservação da Natureza, da Comissão de Coordenação da Região Norte, dos legítimos representantes das populações, que são a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia. Não esteve nem está em causa o menor respeito pelos agricultores e suas associações. Entende que deverão ser chamados quando for a discussão para a utilização desses espaços e apenas os que forem afectados pela intervenção. Lembrou que a Assembleia Municipal aprovou por unanimidade e tem a convicção que o processo é mesmo para avançar, com a participação de todas as entidades referidas. Acredita que os agricultores e os proprietários dos terrenos na zona vão colaborar, ser zelosos e não deixarão de limpar e cuidar os seus próprios terrenos.-----

--- ESTE PONTO FOI APROVADO COM 48 VOTOS A FAVOR E 1 ABSTENÇÃO. -----

--- ARMANDO HERCULANO DO BE fez a seguinte "Declaração de Voto": "*O Bloco de Esquerda congratulou-se com a aprovação pela qual lutou durante muitos anos e trouxe este assunto à Assembleia Municipal. Há uns deputados que parece que não se lembram disso. Porque o texto tenta retirar em exclusivo essa defesa, para o Partido Socialista em concreto e para alguns Autarcas, porque isso não corresponde à realidade, porque alguns dos ataques que foram feitos à Reserva foram exactamente pela Bancada do Partido Socialista ao aprovar e alargar no PD, zonas de construção na área, nomeadamente, a Urbanização Gaivota, a segunda e terceira fila de construções na Avenida principal de Areia, na parte Sul da Avenida principal de Areia, sobre a duna. Enfim o Partido Socialista tendo aqui a maioria, todos os ataques que estão lá, estão no PDM e as aprovações do PDM, foram exactamente feitas pelo Partido Socialista. Ataques importantes foram feitos à Reserva, posteriormente a isto e com o Estudo da Universidade, salvou-se o que era possível salvar e até se alargou nalgumas zonas, mas também há lá ataques feitos à Reserva que estão lá com os votos, com a decisão da Câmara e da Bancada do Partido Socialista.*" -----

--- DOC. 6, apresentado pelo PS, VOTO DE PESAR pelo falecimento de João Maria dos Reis Pereira e de Joaquim Francisco Antunes⁶.-----

--- FOI APROVADO POR UNANIMIDADE, de seguida cumpriu-se um minuto de silêncio em homenagem aos dois vilacondenses-----

--- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, DR. LÚCIO FERREIRA – Encerrou o

⁶ Doc. 6 que se anexa à presente acta e dela faz parte integrante



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. De seguida abriu PERÍODO DA ORDEM DO DIA. ---

--- A) ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 30 DE OUTUBRO DE 2008. -----

--- ARMANDO HERCULANO DO BE não se conformou com as actas de trinta de Outubro, de trinta de Dezembro de dois mil e oito e de dois de Março de dois mil e nove, juntou as rectificações que entende pertinentes por escrito, as quais ficam a constar de documento⁷ anexo à presente acta e dela faz em parte integrante (para onde se remete).-----

--- RUI SILVA DO PSD entende que as actas não reflectem as intervenções feitas na sessão. Que o cuidado tido com as intervenções dos deputados do PSD é diferente da tida pelos deputados do PS ou dos membros da Câmara Municipal. Há dualidade de critérios, pelo que as gravações deveriam ser cedidas. Referiu que a sua intervenção na página nove está truncada, a da página quinze refere que o legislador ao reduzir a taxa do IMI, foi ao encontro do que sempre defendeu na Assembleia Municipal. Na verdade o legislador não teve nenhum encontro com o deputado, nesta Assembleia, mas sim que foi ao encontro do que o PSD sempre defendeu nesta Assembleia Municipal. São afirmações, são transcrições que saem truncadas. Muito diferente é o tratamento dado às declarações por exemplo do senhor Presidente da Câmara referidas e transcritas nesta Acta. Por esse motivo o PSD abstém-se neste ponto de ordem dos trabalhos. -----

--- FERNANDO REIS DA CDU referiu que a CDU irá abster-se relativamente ao conjunto de actas e fá-lo-á por uma razão muito simples: porque o tempo efectivamente é dilatado, relativamente à altura em que os factos ocorreram; porque também é verdade que tinha sido decidido na última Assembleia Municipal que não haveria discussão sobre as actas anteriores, a não ser sobre esta última. E esta última, há que reconhecer, que apesar de tudo teve um esforço e que está substancialmente melhor que as actas anteriores. Por isso e porque ainda não está aquilo que nós consideramos que deveria estar em absoluto, serem isentas, como todas as actas o deveriam ser, retratando fidedignamente a realidade, dos factos, irá abster-se como se absterá de outros comentários relativamente às actas. -----

--- ESTA ALÍNEA FOI APROVADA COM **38 VOTOS A FAVOR, 1 VOTO CONTRA E 12 ABSTENÇÕES.** -----

--- ARMANDO HERCULANO DO BE fez a seguinte "Declaração de Voto": "*Votamos naturalmente contra porque a acta não refere com fidelidade aquilo que aqui foi dito e pelo contrário, faz afirmações, o texto contradiz as afirmações aqui ditas. Por outro lado não tivemos, foi-nos recusado a possibilidade de confrontarmos o texto com as gravações. Obviamente votei contra*". -----

--- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL informou que os pedidos de rectificação que foram apresentados, serão considerados pelo Primeiro Secretário que tem a responsabilidade da redacção da acta. -----

--- B) ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE DEZEMBRO DE 2008. -----

--- ARMANDO HERCULANO DO BE interveio para apontar correcções que, como supra se referiu, se remete para o documento sete apresentado pelo deputado e faz parte integrante desta acta.-----

--- RUI SILVA DO PSD solicitou duas correcções: na primeira página no parágrafo onde começa o doutor António Eduardo Martins, depois no final diz a Mesa comunicou ao Grupo do PSD que procedeu à substituição, não é do engenheiro é pelo engenheiro; na página quatro, no último parágrafo, na sua declaração referiu não entender o voto de congratulação na medida em que se compreende que o PS entenda por bem ser

⁷ Doc. 7 que se anexa à presente acta e dela faz parte integrante



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

louros, não é por ser louros, é por ser louvas; na página sete, de facto não se compreende a intervenção do senhor Deputado Armando Herculano, referindo-se que o senhor Presidente da Câmara não é membro porque não deve intervir, ora se ele o diz o senhor Presidente da Câmara devia ter feito alguma intervenção antes, se não fez uma intervenção antes, não faz sentido que esteja aqui esta referência. Sobre a Acta de dois de Março, mantêm-se tudo, mantêm-se a intenção de voto do PSD, e pediu que a sua intervenção na página seis fosse efectuada na íntegra, pois de outro modo não se percebe, não faz sentido.-----

--- ESTA ACTA FOI APROVADA COM 38 VOTOS A FAVOR, 1 VOTO CONTRA E 12 ABSTENÇÕES. -----

--- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, DR. LÚCIO FERREIRA – Acta da Sessão Ordinária de 2 de Março de 2009.-----

--- ESTA ACTA FOI APROVADA COM 38 VOTOS A FAVOR, 1 VOTO CONTRA E 12 ABSTENÇÕES. -----

--- D) DESAFECTAÇÃO DE DOMÍNIO PÚBLICO, PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL, DE UMA PARCELA DE TERRENO, COM A ÁREA DE 53,68 M2, SITA NA AVENIDA VARANDAS DO ESTE, NA FREGUESIA DE TOUGUINHÓ. -----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA informou que é uma pequena área que serviu para localização de um depósito que foi ponto de abastecimento de água. Neste momento como a ligação à rede, está desactivada, é um espaço que rapidamente se degradará e portanto o objectivo é integrá-lo, desactivando do domínio público no domínio privado.-----

--- FERNANDO REIS DA CDU perguntou se foi ouvida a Junta de Freguesia, relativamente a este assunto.-----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA esclareceu que tem a concordância da Junta, que é a entidade mais interessada.-----

--- ESTA ALÍNEA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE. -----

--- E) DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO, PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL, DE UMA PARCELA DE TERRENO, COM A ÁREA DE 137 M2, SITA NO GAVETO DA AVENIDA JOSÉ RAMOS MAIA E A RUA DA FÁBRICA, EM TOUGUINHÓ. -----

--- O PRESIDENTE DA CÂMARA informou que há toda a vantagem em criar uma melhor acessibilidade, estão interessados nisso os proprietários dos terrenos, está interessados nisso a Junta de Freguesia, estão interessados nisso os futuros investidores daquela zona. Vê toda a vantagem nesta correcção. O procedimento foi o habitual, deliberação da Câmara, e posterior deliberação da Assembleia Municipal.-----

--- FERNANDO REIS DA CDU disse que se está perante uma permuta, em que a área entregue é menor do que a que se vai receber. Perguntou se os valores são idênticos.-----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA esclareceu que um tem menor valor do que o outro, já que não oferece capacidade construtiva.-----

--- ESTA ALÍNEA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE. -----

--- F) PROGRAMA FINICIA – FUNDO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO CONCELHO DE VILA DO CONDE. -----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA esclareceu que este programa é de apoio aos desempregados e às empresas que se venham a instalar no concelho. Pretende estimular a economia, abrange todas as áreas de comércio e indústria, apoiando as micro empresas, podendo cada projecto ser financiado com quarenta e cinco mil euros, vinte por cento dos quais financiado pela Câmara Municipal e os restantes oitenta por cento por uma entidade financeira.-----

--- FERNANDO REIS DA CDU disse que é uma medida positiva, mas em regra haverá lugar à devolução do capital, que se deveria acautelar a criação efectiva de emprego,



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

já que existem empresários que gerem várias firmas, não criam mais emprego, multiplicam o número de empresas, mas os empregados são os mesmos-----

--- RUI SILVA DO PSD referiu que o programa tem potencialidades, que o combate ao desemprego faz-se de múltiplas maneiras e uma delas é com a criação de emprego pelo próprio empresário. Questionou o reembolso do capital relativo aos vinte por cento respeitantes à Câmara Municipal: saber se o capital é sempre reembolsado, se sim, se está ou não sujeito ao pagamento de juros. Entende que este tipo de programas podem dar um contributo, para as pessoas que estão a passar por dificuldades, de obterem emprego.-----

--- ARMANDO HERCULANO DO BE apontou a contradição por se falar em micro empresas e em criação de emprego. Esse emprego criado é informal. Referiu que a micro empresa pode criar conhecimento, pode criar valor, pode portanto criar produtos, produtos inovadores, ideias inovadoras que no imediato não criam emprego, mas que tem a sua mais valia e muito provavelmente muitas são micro empresas e nunca deixaram de ter o seu valor. Este programa é muito dirigido para apoios financeiros e neste tipo de empresas, exactamente porque são micro, os custos fixos são uma parcela muito elevada do seu funcionamento. Despesas que tem a ver com as instalações, com escritórios, com salas de reuniões. Pelo que existe todo o interesse que o concelho crie um Parque Administrativo, que não seria um Parque Industrial, com serviços adjacentes, em que cada uma dessas micro empresas possa ter lá o seu escritório, ter lá a sua secretária, ter lá uma mesa de reuniões. Espaço esse que pode ser partilhada por um conjunto de empresas. Este tipo de apoios pode ter um peso grande em termos de custos correntes directos e entende que o Município devia pensar nisso.-----

--- ALEXANDRE RAPOSO DO CDS/PP disse aprovar este programa, o qual já está a ser aplicado desde dois mil e seis noutras autarquias. Que é uma ajuda para a crise numa parceria entre o Estado e o sector privado, reconhecendo-se que o sector privado é parte integrante da solução da crise. Entende que a criação de um Parque Administrativo comum não é solução, porque as micro empresas têm, para serem rentáveis, de ser instaladas em pontos estratégicos, e não concentradas artificialmente. Referiu que as soluções para a crise no mercado livre, integrado numa democracia como a nossa, passa pelo bem estar da iniciativa privada, porque se consideramos que devemos estar todos sobre a "almofada" do Estado, não estaremos mais do que a camuflar uma crise que já existe bem antes de dois mil e oito.-----

--- ARMANDO HERCULANO DO BE disse que se acabou de ouvir uma profissão de fé no capitalismo. Entende que o Parque Administrativo ou de Escritórios que propôs, não é mais do que um edifício com salas de reuniões, com gabinetes. Muitas das micro empresas limitam-se a ter entre uma e três pessoas, produzem riqueza com o conhecimento que têm e não precisam de grandes instalações, basta uma sala, computadores, acesso à internet e pouco mais.-----

--- FERNANDO REIS DA CDU disse que custa ver o sector privado, nas alturas de crise, a recorrer ao Estado para suportar os prejuízos e quando as coisas correm bem, esquecer-se do papel social que também deveriam ter.-----

--- BRUNO ALMEIDA DO PS entende que este programa visa combater o desemprego através da criação próprio emprego, bem como facilitar a concessão de crédito às micro empresas, que normalmente têm dificuldades no acesso ao crédito. Que se for bem aproveitado pode ser uma grande ajuda para os desempregados. Referiu que o papel da Câmara Municipal é relevante neste tipo de apoios concedidos a empresas de pequena dimensão, e poderão ser de uma grande ajuda no combate à crise económica.-----



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- ALEXANDRE RAPOSO DO CDS/PP defendeu a liberdade das micro empresas escolherem a sua localização. Referiu que em Portugal nunca houve, na verdade, um mercado verdadeiramente livre, liberal. Que o mercado com fiscalização e regulação não funcionou, que a crise que se atravessa tem de ser imputada ao Estado. A criação de riqueza passa por permitir que as empresas, todas elas, sejam livremente apoiadas e se auto organizem livremente.-----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA esclareceu que o objectivo do programa é a criação de emprego, destinado essencialmente aos desempregados, para que venham a tornar-se entidades patronais. Existe motivação num projecto que é diversificado, que abrange desde as coisas mais simples (como tratar de roupas) até às mais complexas. Que o empréstimo assegurado pela Câmara Municipal não estará sujeito a juros e o capital poderá ou não ser reembolsável em função do protocolo que vier a ser outorgado com as entidades. Será uma ajuda para muitas famílias vilacondenses.-----

--- Este Ponto Foi Aprovado com 51 Votos a Favor e 1 Contra. -----

--- ARMANDO HERCULANO DO BE apresentou a seguinte DECLARAÇÃO DE VOTO:
"Recebi uns documentos em que me foi proposto um Protocolo. Um Projecto de financiamento. Entretanto foi colocada aqui uma questão que foi levantada por vários Deputados que era a de saber se a Câmara admitia dar dinheiro. O senhor Presidente da Câmara acabou por confirmar agora, não no início, que efectivamente a Câmara abre essa possibilidade. Está a dar dinheiro em função de um Protocolo, um Protocolo que não trouxe aqui, que até se disponibilizou trazê-lo, mas que eu desconheço. Votei contra, porque não posso votar a favor que a Câmara dê dinheiro contra um Protocolo que a Assembleia Municipal desconhece. Sou contra que se dê dinheiro às pessoas, sem uma contrapartida. No escuro tenho que votar contra, quando inicialmente ia votar a favor."-----

--- G) ALTERAÇÃO À POSTURA DE TRÁNSITO DE VILA DO CONDE. -----

--- FERNANDO REIS DA CDU disse ter a impressão que algumas das alterações propostas já estão concretizadas. Entende que se deveria realizar mais sessões da Assembleia Municipal para se evitarem situações deste tipo.-----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA lembrou que não é a Câmara Municipal que marca as sessões da Assembleia Municipal. Informou que foi respeitada a lei, existem disposições transitórias, que são para testar o sistema, e que depois se convertem em definitivas por proposta da Câmara Municipal e aprovação pela Assembleia Municipal.-

--- ESTE PONTO FOI APROVADO POR UNANIMIDADE. -----

--- H) REVISÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE ACTIVIDADES E INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO MUNICIPAIS 2009. -----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL esclareceu que a revisão proposta se deve às receitas que entretanto surgiram. A Câmara Municipal vai realizar a obra de Requalificação da Escola Frei João, com um acordo que se fez com o Governo. Há o Plano de Emergência da Protecção Civil que foi subscrito. Existem verbas que têm a ver com o equipamento para Escolas. Foi necessário fazer a devida revisão para se poder avançar com as obras da escola e outros protocolos. Caso não fosse assim, não seria possível realizar esses projectos.-----

--- EDUARDO LEMOS DO PSD criticou a falta de capacidade previsionial da Câmara Municipal. Recordou que após quatro meses, existe a necessidade de alterar as Grandes Opções do Plano e Investimentos e Orçamento de dois mil e nove em um milhão e meio de euros. Aumento de receitas este que a Direcção Regional transfere para a Câmara Municipal para a realização de obras. Disse que as críticas que fez na sessão de Dezembro de dois mil e oito se mantêm intactas na sua essência. O Plano nasceu torto e dificilmente ou nunca se há-de endireitar. Salientou que o PSD irá



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

abster-se na votação, já que a requalificação de uma escola no concelho é urgentíssima.-----

--- FERNANDO REIS DA CDU referiu que considerando o sentido de voto da CDU aquando da Assembleia em que foi discutido o Plano de Actividade e Orçamento, atendendo a que também na altura já dizíamos que de facto aquele era um Orçamento pouco credível, que mereceria a reprovação por parte da CDU, atendendo também aquilo que já foi dito e que se escuso de repetir pelo deputado que me antecedeu, a CDU mantém o mesmo sentido de voto que teve anteriormente. -----

--- FERNANDO OLIVEIRA, PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MACIEIRA lembrou que o Município de Vila do Conde sempre pressionou as entidades governamentais para se remodelarem as escolas do concelho. Só após a aceitação pelo Governo da realização dessas obras é que as mesmas se poderiam quantificar, antes disse era de difícil previsão.-----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA recordou que a Câmara Municipal só aceitou a transferência das competências com contrapartidas financeiras, entre elas a requalificação das escolas. Quer o acordo para a Requalificação da Escola que foi recentemente celebrado, quer as Verbas do Fundo Comunitário para a Protecção Civil que foi uma surpresa porque abriu em Março, foi harmonizado com a transferência das competências no Pessoal. A requalificação da Escola Frei João é uma competência do Ministério da Educação, se o Ministério da Educação quer assinar com a Câmara de Vila do Conde porque a Câmara o fará melhor, tem que pagar a verba que ele próprio ia gastar, como resulta do Protocolo. O Estado só pagará aquilo que efectivamente se vier a fazer. -----

--- EDUARDO LEMOS DO PSD disse que quem afirmou à Assembleia que ia haver aumento de receitas não foi o Eduardo Lemos, foi o Presidente da Câmara. Quem veio dizer a esta Assembleia que se transferiam competências para a Câmara sem a respectiva mochila financeira, não foi o Eduardo Lemos foi o Presidente da Câmara. Isto é que é indesmentível. -----

-- PRESIDENTE DA CÂMARA lembrou que a verba em causa diz respeito a uma receita extraordinária para um fim efectivamente definido, e um aumento de receita com um Fundo Comunitário que apareceu apenas em Março que era e é de aproveitar numa gestão rigorosa e criteriosa. -----

--- ESTE PONTO FOI APROVADO COM 41 VOTOS A FAVOR, 1 VOTO CONTRA E 11 ABSTENÇÕES. -----

--- I) RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2008. -----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL esclareceu que o Relatório de Prestação de Contas inerente à Actividade Municipal relativa ao ano de dois mil e oito, elaborada pelo Director do Departamento Administrativo e Financeiro (GAFG), e a apreciação produzida pelo Auditor Externo revelam, de forma clara uma gestão adequada e uma consolidação financeira positiva e totalmente compatível com o esforço exigido pela Lei das Finanças Locais, entrada em vigor em Janeiro de dois mil e sete. De então para cá, como evidencia o presente Relatório, a evolução extremamente positiva das Finanças Municipais é resultado de uma gestão rigorosa e cuidada, aliando a necessária contenção a um investimento seguro, no que foi entendido como prioritário para Vila do Conde e para a sua população. Apesar da acentuada crise económico-financeira que se abateu sobre o nosso país e o mundo, com consequências tremendas ao nível das receitas do município, foi possível cumprir com todos os requisitos impostos por via da Lei das Finanças Locais. Analisada a execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), conclui-se que, efectivamente, se continuou a apostar nas pessoas e no combate às desigualdades sociais, acto fundamental em



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tempos de crise que tanto atinge os mais necessitados. Veja-se, na Habitação Social, a execução física, financeira e material do Programa Especial de Realojamento (PER), reconhecido a nível nacional como exemplar, bem como a constante manutenção e conservação do edifício. Para uma cidadania completa, o acesso à Cultura e ao Desporto por parte de todos tem papel fundamental, revelando-se certas as apostas em equipamentos de qualidade, como são exemplo o Centro de Memória, o Teatro Municipal e o Complexo de Piscinas Municipais – Pólo 2, em Mindelo. Os apoios ao dinâmico associativismo vilacondense são complemento natural desta política. Através do rigor financeiro, a Educação pôde ter a relevância que é exigida a uma área absolutamente fundamental para as gerações futuras, criando-se condições para a construção de Centros Escolares no concelho, conforme apontava a Carta Educativa. Para além do que revela expressamente o relatório técnico do DAFG, no que a um desenvolvimento sustentável do concelho diz respeito, onde Ambiente, Urbanismo e Desenvolvimento Económico são apostas convergentes, é possível destacar a construção da ETAR do Ave e a concessão da exploração das redes de saneamento básico “em baixa” traduzidas na construção de todas as infra-estruturas, visando o abastecimento de água a todo o Concelho e a recolha com tratamento dos efluentes domésticos. O Ordenamento do Território mantém “parte de leão” na actividade municipal pela sua importância no elevar da qualidade de vida dos cidadãos, tendo-se concretizados elementos urbanísticos prioritários. A modernização administrativa é constante, estando-se já a iniciar o Metrópolis Digital – Fase 2, permitindo ao município uma ainda mais estreita relação com a Autarquia. O grau de execução orçamental na despesa atingiu os 76,9%, o que é de realçar num ano em que a crise tanto afectou as receitas municipais, fazendo com que a arrecadada ficasse claramente aquém da logicamente prevista. O que só não se traduziu numa brusca diminuição no investimento pelo facto da gestão ter-se reflectido numa poupança corrente assinalável. Os resultados dessa correcta política traduziram-se em que o peso das despesas com pessoal tenha diminuído em relação a 2007, ao passo que as despesas de capital tenham sido superiores ao ano anterior. Salienta-se também a continuidade de transferências significativas para as Juntas de Freguesia e de apoios financeiros às Associações e Instituições, o que naturalmente contribui para uma política de mais proximidade com resultados bem positivos. Importância tem também o facto do Passivo Total do Município ter diminuído € 11.456.933,05 nos últimos três anos, período de tempo em que o Activo Bruto do Município aumentou € 48.956.566,47. E ainda o facto desse mesmo Passivo ter descido € 6.455.878,29 em 2008, cifrando-se agora em € 69.611.15,87. Em conclusão, ter-se-á que registar que o Relatório de gestão de 2008 se afirma como um documento que justifica a plena aprovação dos respectivos documentos de Prestação de Contas e do Inventário Patrimonial actualizado a 2008.12.31. Alguns dados são significativos. Relativamente aos Impostos no IMI nós crescemos de sete milhões e oitocentos mil para oito milhões e seiscentos mil. O IMT, desceu de nove milhões e trinta e quatro mil para cinco milhões novecentos e cinquenta e quatro, ou seja, desceu mais de três milhões. O próprio Imposto de Circulação diminuiu, a Derrama diminuiu de dois milhões oitocentos e cinquenta e cinco mil para um milhão e quinhentos mil. Os Impostos abolidos, isto é a Contribuição Autárquica, a Sisa, que vêm sendo recolhidos desceram de 2007 para 2008, seiscentos e sessenta e seis mil para cento e sessenta mil. As despesas com Pessoal em 2007, cifravam-se em 26,3 % do total da despesa, em 2008, desceram 25,14% do total da despesa. A despesa com transportes escolares, fornecimento de refeições, programas de actividades, enriquecimento curricular para as crianças, subsídios a Agrupamentos Escolares, foi superior em 2008 em 583.728,15 €. O



MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Capital em dívida de médio e longo prazo desceu em 2008, relativamente a 2007, em 1.510.153,89 €. As dívidas de Curto Prazo baixaram em 2008, relativamente a 2007, 2.720.143,39 €. As Transferências para as freguesias foram superiores às de 2007, em 278.703,71 €. Os Subsídios concedidos a Instituições atingiram o valor de 4.824.819,00 €, mais seiscentos e sessenta e sete mil euros que em 2007. Estes são os dados que foram hoje fornecidos pelo Director Administrativo e Financeiro da Câmara com o aval do Auditor Externo designado por esta Assembleia.-----

--- JOÃO FONSECA DO PS apresentou Documento⁸ para o qual se remete.-----

--- FERNANDO REIS DA CDU apresentou Documento⁹ para o qual se remete.-----

--- EDUARDO LEMOS DO PSD apresentou Documento¹⁰ para o qual se remete.-----

--- ARMANDO HERCULANO DO BE apresentou Documento¹¹ para o qual se remete.-----

--- ALEXANDRE RAPOSO DO CDS/PP apresentou Documento¹² para o qual se remete.-----

--- RAMIRO SILVA, PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE GUILHABREU lamentou a intervenção do deputado Armando Herculano por não perceber que a obra realizada em Guilhabreu, de sustentação do paredão junto ao Pavilhão e à Casa da Juventude, frequentados diariamente por centenas de crianças, era uma necessidade imperiosa.---

--- ESTE PONTO FOI APROVADO COM 39 VOTOS A FAVOR E 14 VOTOS CONTRA.-----

--- FERNANDO REIS DA CDU fez a seguinte "DECLARAÇÃO DE VOTO": *"este é um mau Relatório, este foi um mau exercício, este foi um mau serviço prestado a Vila do Conde aos vilacondenses e como é evidente este documento só merece o chumbo da Oposição, por mais que isso custe aos Deputados do PS"*-----

--- J) INFORMAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL.-----

--- ARMANDO HERCULANO DO BE perguntou se no lado esquerdo da Rotunda do Desporto é possível ou não colocar Outdoors, se afecta ou não o Aqueduto, já que o BE tentou lá colocar um e não lhe foi permitido por um funcionário municipal e agora está lá colocado um do Município.-----

--- FERNANDO REIS DA CDU perguntou qual o valor na posse da Câmara Municipal respeitante às cauções de água, qual o valor já devolvido aos utentes e ao Instituto do Consumidor; se as devoluções foram actualizadas com base nos índices de preços.---

--- PRESIDENTE DA CÂMARA informou que a Câmara devolve todas as cauções que são apresentadas nos termos da Lei. Quantas foram e quais os montantes é da competência do Departamento de Administração e Finanças da Câmara Municipal, que se a questão for colocada em concreto, por escrito, o Director Financeiro dará informação.-----

--- FERNANDO REIS DA CDU tomou a perguntar se a Câmara Municipal tenciona ou não proceder à entrega ao Instituto do Consumidor do dinheiro das cauções que recebeu, e não devolveu por não reclamadas.-----

--- PRESIDENTE DA CÂMARA esclareceu que a Câmara Municipal cumpriria com aquilo que está estipulado na Lei, relativamente à questão das cauções o Director Administrativo e Financeiro é que é a pessoa indicada para responder se lhe fizer a pergunta por escrito, será dada a resposta.-----

--- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL encerrou o PERÍODO DA ORDEM DO DIA e submeto à apreciação da Assembleia a Minuta da Acta da Assembleia, a qual foi aprovada por unanimidade. De seguida passou ao PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO

⁸ Doc. 8 que se anexa à presente acta e dela faz parte integrante

⁹ Doc. 9 que se anexa à presente acta e dela faz parte integrante

¹⁰ Doc. 10 que se anexa à presente acta e dela faz parte integrante

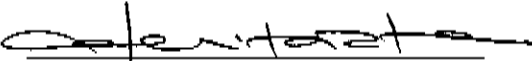
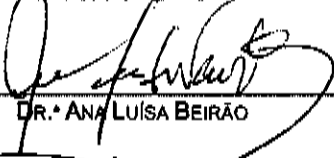
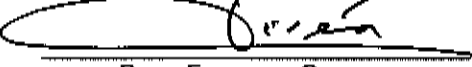
¹¹ Doc. 11 que se anexa à presente acta e dela faz parte integrante

¹² Doc. 12 que se anexa à presente acta e dela faz parte integrante



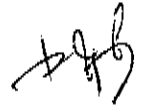
MUNICÍPIO DE VILA DO CONDE
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DIA:-----
--- ÁLVARO DIAS, RUA JOSÉ AFONSO, BLOCO 4. LOTE B., VILA DO CONDE desafiou todos os membros da Assembleia Municipal a provarem que as contas da Câmara Municipal não estão desequilibradas desde o ano de dois mil e dois, pois realizou um estudo que demonstra o desequilíbrio financeiro do Município desde aquele ano.-----
--- ANTÓNIO GERMANO LOPES MOURA DE OLIVEIRA, RUA VASCO DA GAMA, N.º 84, MINDELO, VILA DO CONDE perguntou se não era possível que o acesso à internet gratuito que existe na Biblioteca Municipal se prolongasse por todo o mês e não fosse acessível até, aproximadamente, ao dia vinte de cada mês.-----
--- PRESIDENTE DA CÂMARA esclareceu que o munícipe Álvaro Dias tem estado reunido com o Director Administrativo e Financeiro da Câmara Municipal, que lhe tem explicado tudo ao pormenor, mas o munícipe não compreende. Relativamente ao acesso à internet na Biblioteca Municipal esclareceu que nos últimos dois meses existiu um problema técnico da competência da PT a que a Câmara Municipal era alheia, a PT já foi alertada para a situação e está em vias de solucionar o problema.----
--- O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL deu por encerrada a sessão pela uma hora e trinta e cinco minutos.-----


DR. LÚCIO FERREIRA

DR. ANA LUÍSA BEIRÃO

PROF. FERNANDO OLIVEIRA

CDU - COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

- Vila do Conde -



Unanimidade

Proposta de

VOTO DE SOLIDARIEDADE

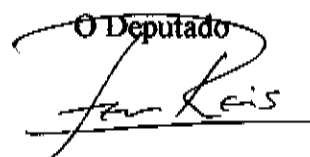
Considerando que a situação por que passa a IMPERCONSER, empresa de conservas localizada nas Caxinas, é geradora de séria preocupação;

Considerando que o futuro de 170 trabalhadoras vila-condenses que naquela empresa laboram, bem como o sustento dos respectivos agregados familiares, se encontra pendente da decisão que venha a ser tomada pelo Tribunal do Comércio de Vila Nova de Gaia, no âmbito de processo de insolvência a decorrer;

Considerando que a angústia vivida pelas trabalhadoras é geradora de compreensível pressão emocional, que a nenhum vila-condense pode deixar indiferente, atenta, sobretudo, a grave crise económico-social que se vive já no concelho;

**A Assembleia Municipal de Vila do Conde, reunida em sessão,
em 28 de Abril de 2009, delibera:**

1. Aprovar um **Voto de Solidariedade** para com as trabalhadoras da IMPERCONSER e respectivos agregados familiares;
2. Dar desta decisão conhecimento aos trabalhadores em causa, remetendo-a, para o efeito, à União dos Sindicatos do Porto, estrutura máxima sindical no Distrito.
3. Mandar publicar nos órgãos de informação esta decisão.

Ó Deputado


Doc 2

1. Comunidade de



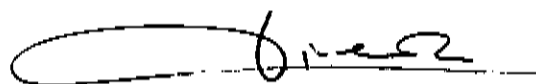
VOTO DE CONGRATULAÇÃO

As Escolas EB2,3 e Secundárias do nosso Concelho têm vindo a ser sujeitas a processos de Avaliação Externa, realizadas pela Inspeção-Geral de Educação e por diversas Universidades, traduzidas em resultados finais que são motivo de orgulho para todos nós.

Os respectivos Relatórios e as considerações expendidas reflectem a qualificada acção desenvolvida, com dedicação e determinação, afinal as razões que sempre motivaram o apreço e admiração com que continuamente o Município distinguiu quem aí trabalha.

Consequentemente, a Assembleia Municipal de Vila do Conde, reunida em 28 de Abril de 2009, felicita todos os Sr.s Professores, Educadores, Pessoal não Docente e Alunos, enfim, a Comunidade Educativa Vilacondense que tem contribuído para o crescente sucesso escolar e para que as nossas Escolas sejam uma referência positiva no panorama da Educação em Portugal.

pel' O Grupo do PS



Declaração Política

Vila do Conde é dos concelhos da área metropolitana do Porto com mais baixa taxa de cobertura da rede de abastecimento domiciliário de água e saneamento básico. Tal como é baixa tal taxa quando comparada com a região norte ou o país em geral.

Esta vergonhosa realidade, todos nós a conhecemos.

Esta vergonhosa realidade tem sido veementemente denunciada pelo PSD, quer nesta Assembleia Municipal, quer na vereação, quer junto da população.

Ao longo dos anos, o PSD tem denunciado esta vergonhosa realidade que nos é imposta por 35 anos de gestão autárquica socialista.

O **poder autárquico socialista** decidiu entregar à Indáqua a concessão do abastecimento domiciliário de água e a rede de saneamento básico. O PSD, a seu tempo, manifestou a sua total discordância com tal decisão e **avisou que quem ia pagar a factura seriam os vilacondenses**. Será bom lembrar que o principal argumento usado pelo PSD quanto á atribuição da concessão à Indáqua sempre foi o do **preço que as famílias vilacondenses iam pagar pela água**.

Infelizmente tínhamos razão.

Recorde-se que no Verão passado, a revista Visão apresentava um trabalho onde se analisava os preços da água no Grande Porto, tendo aquela publicação concluído o preço da água em Vila do Conde, incluindo taxas era de 1,38 euros por cada 10m³, sendo que na Maia não passava dos 1,06 euros, Gaia 1,04 euros e Matosinhos fixava-se no 1,00 euro. Pelos vistos, não só continuámos com uma das águas mais caras do Grande Porto, como ainda por cima vemos esse valor sofrer um aumento considerável.

Assim, veja-se o paradoxo



Doc. 3
2/18

Não só temos uma **rudimentar rede de abastecimento domiciliário de água**, como os **poucos que têm tão grande privilégio** pagam dos **preços mais elevados** comparados com os concelhos limítrofes!

É um serviço fraco e caro!

Com a chegada das primeiras facturas do ano de 2009, os vilacondenses já se aperceberam que com a passagem da gestão de águas do concelho para uma empresa privada, **o preço final da factura aumentou para valores bem acima da inflação**, tal como nós sempre antevimos.

Com efeito, em relação ao **preço médio mensal**, o valor cobrado sofreu um **aumento, em média, entre 6 e 8%**, sem que as condições de fornecimento tenham sofrido qualquer alteração.

Tudo se torna ainda mais chocante se recordarmos que este aumento atinge um valor percentual duas e três vezes superiores ao valor da inflação de 2008.

Ou seja, num período em que a crise económica e social atinge tão profundamente ao nosso país, em geral, e as famílias vilacondenses, em particular. Num período em que os vilacondenses, em geral e a chamada classe média em particular, se vêm aflitos com a profunda **perda do poder de compra, o desemprego, dificuldade de pagar todos os seus compromissos**, o preço do bem público essencial que é a água tem uma subida acima dos valores da inflação.

Sim, **convém lembrar os mais esquecidos** que, a água é dentro dos serviços públicos, aquele que mais essencial é para a vida de qualquer pessoa.

Em tempo de grave crise económica e social como aquela que vivemos, os vilacondenses poderão prescindir do carro ou do telefone. Poderão até procurar uma casa mais barata. **Agora da água não poderão prescindir.**

Por fim, mas não menos grave.

Os vilacondenses são onerados com uma **despudorada** Taxa de Recursos Hídricos de Saneamento.

R².

Num concelho onde não há uma única ETAR;

Num concelho onde as águas residuais correm a céu aberto com destino às linhas de água, regatos, rios ou ao mar;

Num concelho onde o **"melhor"** que alguns dos vilacondenses poderão ter actualmente é o **encanamento** de dejectos que são despejados nessas linhas de água, ou no mar. Ou até mesmo despejados por **cisternas** de particulares ou da autarquia;

Num concelho assim, **cobrar um cêntimo que seja** de taxa de recursos hídricos de saneamento é, no mínimo, **obsceno**.

O Grupo do PSD

Roberto
João
Carla Moura
Vitor Nunes
João



A. J.

Rejeitada**CDS/PP DE VILA DO CONDE****RECOMENDAÇÃO À CAMARA MUNICIPAL**

Em Portugal são produzidos, anualmente, 120 milhões de litros de óleos alimentares usados, quer de origem doméstica quer oriundos do canal HORECA.

Ainda que não sejam considerados como um resíduo perigoso (porque, em maior ou menor grau, oxidam ao ar) estes óleos têm como destino, em grande parte, ou os contentores de lixo indiferenciado, ou a rede pública de esgotos.

Estas práticas, são hoje consideradas, de todo, censuráveis, porque contribuem decisivamente para a contaminação dos solos e das águas residuais.

Quando depositados nos contentores do lixo, o seu destino final será, inevitavelmente, a contaminação do meio ambiente. Os óleos alimentares não devem ser conduzidos para aterros nem destinados à incineração.

Quando lançados nas redes de drenagem de águas residuais, a poluição que provoca não é menos assinalável. Trata-se de uma prática que promove a poluição dos meios receptores hídricos, e potencia a obstrução dos filtros de gordura, de que dispõem as ETAR's, dificultando, por este facto, o seu bom funcionamento.

Impõe-se, por conseguinte, que estes óleos sejam recolhidos de forma apropriada para posteriormente serem regenerados.

Em Portugal, tendo em conta a legislação existente, o produtor é responsável pelos resíduos que produz, bem como pelo seu destino final. Contudo, qualquer estabelecimento pode, ao nível autárquico, ser licenciado sem que seja assegurada a entrega deste tipo de resíduos a uma entidade certificada para a sua recolha. Isto significa que, não obstante a lei proibir o lançamento destes resíduos nos esgotos, não existe, qualquer sistema de recolha obrigatória. A esta facticidade acresce a inexistência de uma fiscalização efectiva quanto ao seu destino. Contudo, se por um lado quem produz estes resíduos não é, geralmente, conhecedor da sua responsabilidade, por outro, e em bom rigor, a violação da lei implica a aplicação de coima que poderá ascender a cerca de Eur 4.500,00.

Dado o seu enorme potencial de reciclagem ou mesmo de valorização energética, estes óleos podem, depois de sujeitos a processos de regeneração, ser utilizados, quer na indústria de sabão, quer em processos de digestão anaeróbia. Mas, ultimamente, tem ganho cada vez mais consistência a necessidade da sua utilização, como biocombustível, quer dos próprios óleos, quer dos seus derivados, nos motores diesel.

Relativamente ao seu uso na indústria de sabão, estes óleos funcionam como matéria-prima auxiliar, restringindo, deste modo, o recurso a matérias-primas virgens.

No que toca ao processo de digestão anaeróbia, estes óleos são misturados com resíduos orgânicos e ulteriormente sujeitos a um processo de degradação pela inexistência de oxigénio. A construção de digestores anaeróbios, promove este processo recriando as suas condições naturais de forma controlada. Por este método é produzido o metano, um gás com potencial energético elevado, que contribui para a produção de energia eléctrica e térmica.

J. Doc. 4

Quanto à sua utilização destes óleos nos motores diesel, após sujeição apenas a um processo de filtragem, a experiência revela algumas dificuldades ao nível da sua viscosidade. Daí a necessidade de diluição deste óleo no tradicional gasóleo quando utilizado naqueles motores.

Recorrendo-se ao processo de transesterificação é possível, a produção de ésteres (um derivado do óleo vegetal), que misturados com o gasóleo tradicional, podem ser utilizados sem qualquer inconveniente em motores diesel, sem que estes necessitem de qualquer modificação. O recurso a este processo apresenta ainda maiores vantagens quanto à sua utilização directa nestes motores do que o uso dos óleos. As principais marcas automóveis já certificaram os seus modelos para o uso de esteres como forma de promover esta tecnologia.

Usados como carburante, estes óleos, e seus derivados, podem assim tomar-se numa fonte de energia renovável, neutra em emissões de CO₂, não tóxica, e que pode contribuir para diminuição da emissão de enxofre e de partículas. O recurso a este tipo de energia pode também contribuir para a redução da dependência dos combustíveis fósseis, em particular, o petróleo.

A este respeito convém esclarecer que a elevada dependência dos combustíveis fósseis, bem como o cumprimento de Quioto, têm compelido os responsáveis da UE a uma abordagem cada vez mais integrada, recorrendo à via da harmonização das políticas energéticas de todos os seus Estados-membros. Neste contexto merecem destaque as iniciativas da Comissão no âmbito do transporte rodoviário.

A COM(2008) 19 final de 23 de Janeiro, apresentada pela Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho, adoptada como Directiva, estabeleceu percentagens mínimas de utilização de biocombustíveis. Deste modo, foi determinada uma meta obrigatória mínima, a atingir por cada Estado, de 10% de utilização de energia proveniente de fontes renováveis (principalmente biocarburantes) no consumo final de energia nos transportes até 2020. Deve referir-se que em Janeiro de 2008 o governo português aprovou uma resolução, segundo a qual pretende antecipar o valor dessa incorporação já no ano 2010. Para lá desta resolução, Portugal tem como objectivo, até 2008, incorporar 5% de biodiesel no gasóleo tradicional.

Já em 2003 havia sido aprovada a Directiva 2003/30/CE de 8 de Maio. Este documento fixava como objectivo da União o aumento de 2% de utilização de biocarburantes ou outros carburantes renováveis, para efeitos de transportes, até fins de 2005, e de 5,75% até fins de 2010. Esta Directiva foi transposta para o direito português pelo DL n° 62/2006, de 21 de Março.

Ora, a recolha dos óleos alimentares usados, para além de resolver os problemas da já referida contaminação dos solos e águas residuais promove a sustentabilidade, ajudando ao cumprimento das directivas em vigor.

São inúmeras as autarquias portuguesas que têm mostrado interesse na instalação de "oleões" nas vias públicas para depósito destes resíduos, que depois de transformados em biodiesel poderão ser utilizados nas suas frotas automóveis.

Nestes termos somos a recomendar à Câmara Municipal que desenvolva esforços no sentido de:

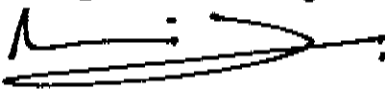
- 1 - Promover a instalação de oleões de recolha na via pública
- 2 - Promover o desenvolvimento de iniciativas junto das escolas para sensibilização dos jovens sobre este tema.

doc 4
AS

3 - Promover iniciativas de sensibilização junto dos munícipes para o fomento destas práticas.

Convictos do acolhimento desta recomendação somos a propor a sua aprovação.

O Grupo Municipal do CDS/PP

Margarida Salgueiro


Vila do Conde, 28 de Abril de 2009

Doc. 5
1/2 favor
1 Abatido

2
A7

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

É conhecida e reconhecida a importância do litoral sul do concelho de Vila do Conde no contexto da preservação dos valores da Natureza e do Ambiente. É também uma área emblemática pelo seu pioneirismo em Portugal, ligada à figura de Santos Júnior, tendo sido ali criada a Reserva Ornitológica do Mindelo há mais de 50 anos. Como atestam estudos científicos, esta parcela do nosso território possui um variado conjunto de valores de ordem biológica e paisagística, destacando-se a existência de um original mosaico de habitats, desde cordões dunares, rochas, zonas húmidas, bouças e áreas agrícolas, que se estendem ao longo de uma linha de costa com 8,5 km de extensão.

De referir que é a única área do litoral da Área Metropolitana do Porto, com tais características, de forma a poder ser classificada como Área de Paisagem Protegida.

Várias entidades e vários grupos de cidadãos se envolveram naquele que tem sido um longo processo de classificação mas sempre assente em pressupostos firmes. A Câmara Municipal de Vila do Conde, Juntas de Freguesia e entidades com responsabilidade científica e no ordenamento do território, nomeadamente, a Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte, Junta Metropolitana do Porto, Universidade do Porto e Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade, têm pugnado pela relevância e importância dos 384 hectares da área em apreço, assente em motivos de natureza, conservacionista, histórico e paisagístico, para além da sua especificidade de localização numa grande área metropolitana e a sua vocação enquanto espaço de investigação científica, educação ambiental, recreio e lazer, pelo que a referida área deveria ser classificada como paisagem protegida de interesse regional, com as consequentes possibilidades em termos de gestão.

É sabido que por via de alterações legislativas ocorridas durante o processo chegou-se a colocar a hipótese de a Paisagem Protegida ser classificada como de âmbito local, contrariando tudo aquilo em que tantos acreditaram. Felizmente, não se cedendo a imediatismos, foi possível à

Doc 5

3
2/17

Câmara Municipal de Vila do Conde, com o inestimável apoio do Secretário de Estado do Ambiente, da Universidade do Porto e da CCDR-N, encontrar uma solução: a classificação ser de âmbito regional, bastando para tal a aprovação, seguido o trâmite administrativo que a legislação impõe, da Assembleia Metropolitana do Porto, por proposta da Junta Metropolitana do Porto e da Câmara Municipal de Vila do Conde.

Saliente-se que, de imediato, a Junta Metropolitana do Porto, por unanimidade dos 16 municípios que a constituem, aprovou em devido tempo a proposta de classificação, reconhecendo a sua extrema importância para a região.

Finalmente ontem, após a Discussão Pública imposta por lei, a Assembleia Metropolitana do Porto, aprovou, também por unanimidade de todas as forças políticas que a constituem, a proposta de Classificação da Paisagem Protegida do Litoral de Vila do Conde, como área protegida de âmbito regional.

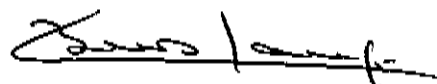
É, de facto, motivo da mais profunda satisfação saber que existe ainda o compromisso por parte do ICNB que a já Paisagem Protegida do Litoral de Vila do Conde será integrada na Rede Nacional de Áreas de Paisagens Protegidas com a conseqüente possibilidade de serem obtidos financiamentos em pé de igualdade com as paisagens de âmbito nacional.

Deste modo, reconhece a Assembleia Municipal de Vila do Conde o momento histórico que agora se vive, tendo sido dado um importante salto qualitativo no concelho de Vila do Conde e em toda a Área Metropolitana do Porto, exemplo a nível nacional, nas áreas do Ambiente e Ordenamento do Território.

Reconhece, ainda, a Assembleia Municipal de Vila do Conde, aqueles que com o seu trabalho e convicção, tornaram realidade a Paisagem Protegida do Litoral de Vila do Conde, motivo de orgulho para todos os vilacondenses.

pele Grupo do PS

NOTA: Se aprovado publicar na Comunicação Social



doc. 6
Luis Almeida
4
bA

VOTO DE PESAR

Faleceram recentemente dois vilacondenses que, de formas diferentes, deram muito de si para o engrandecimento de Vila do Conde.

JOÃO MARIA DOS REIS PEREIRA, irmão mais novo de uma geração que deixa uma marca indelével na cultura portuguesa, foi poeta e desenhista de grande sensibilidade e dedicou grande parte da sua vida ao estudo da história da nossa terra e ao seu saber a salvaguarda do nosso precioso Arquivo Municipal.

JOAQUIM FRANCISCO ANTUNES, membro desta Assembleia enquanto Presidente da Junta de Modivas, desempenhou o cargo durante quatro mandatos, de forma bairrista e empenhada, tal como já o havia feito em dois anteriores mandatos como Tesoureiro da Junta.

Nesta hora em que se recorda dois vilacondenses que contribuíram para o progresso do nosso Município, a Assembleia Municipal de Vila do Conde, reunida em 28 de Abril de 2009, lavra o seu VOTO DE PESAR, transmitindo condolências às famílias enlutadas.

Pel'O Grupo do PS



NOTA: Se aprovado publicar na Comunicação Social e transmitir às respectivas famílias

Bloco de Esquerda

Vila do Conde e Póvoa de Varzim

Amador

ora 7
1/2
Amador
→

28-04-09

Acta de 30 de Outubro de 2008

Na página 15 na minha declaração de voto acerca da Taxa do IMI.

É referido como sendo a minha afirmação e por isso a posição do bloco, que não somos contra a perda de receitas das autarquias. Ora o que se disse, é exactamente o contrário, é que o Bloco não é a favor da perda de receita dos municípios. De resto é o que depreende da continuação do texto, quando afirmamos que o que se propunha era o agravamento da Taxa de IMI para os proprietários desleixados como forma de os incentivar a realizarem obras nos seus prédios.

Solicita-se assim que seja corrigido o texto para que seja substituído texto para: **“...não somos a favor...”** da perda de receita pelas autarquias. Na frase seguinte, a correcção é no mesmo sentido, Concordamos que as autarquias têm de ter meios para executar os seus planos e portanto nós não somos **“...a favor da perda de receita”**. Admitimos um lapso nosso, mas só a consulta às gravações que nos têm sido recusado, poderia esclarecer, de qualquer forma como está o texto é contraditório, e impõe-se a sua correcção.

Acta de 30 de Dezembro de 2008

Página 7, discussão sobre a admissibilidade de Moção de Censura à Câmara.

Na página 15, a propósito da aprovação do mapa de pessoal do município, foi deliberadamente reduzida e truncada a minha intervenção. Ao contrário das restantes onde quase sempre é usado o estilo de reproduzir na íntegra as minhas intervenções, ainda que por vezes mal, aqui por conveniência, usou-se um texto interpretativo para ocultar a parte da intervenção em que referia o número de elementos da Comissão Política Local do Partido Socialista que é de 110. Porque o texto que é proposto não corresponde ao que foi proferido, solicito a sua correcção. Se se lembram, referi que certamente a correlação entre a filiação partidária dos funcionários da câmara e os familiares dos 110 elementos da comissão política local do PS, não seria 1, ou seja, não eram todos, mas andaria lá próximo. Por ser esta a verdade, solicito que a mesa volte a ouvir a gravação e corrija o texto.



Bloco de Esquerda

Vila do Conde e Póvoa de Varzim

Acta de 2 de Março de 2008

Na página 5, ao fundo, a propósito da discussão do Orçamento.

Solicito que seja corrigida as palavras "... das costas..." por **Contas**, ou melhor ainda, **Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses**. Ficando o texto: " **informou que o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses...**"

Na página 6, a propósito da informação do Sr. Presidente sobre a actividade municipal.

Solicita-se a correcção para: **perguntou se a avaliação sobre Serviços, Dirigentes e Funcionários**, em vez de "**perguntou sobre a avaliação sobre serviços dirigente e Funcionários...**" é que além de ter sido isso que foi dito, o SIADAP 3 é o processo de avaliação de desempenho dos Serviços, Dirigentes e Funcionários e a acta deve estar correcta e de acordo com o que foi dito.

Armando Herculano



Relatório e Contas 2008

A discussão e votação de contas e relatório que hoje fazemos é a última deste mandato, pelo que constitui um inevitável momento de Balanço, tanto mais quanto um dos seus elementos é precisamente o Plano Plurianual de Investimentos. Aliás, trata-se de um Balanço que os próprios Vilacondenses serão chamados a fazer no próximo mês de Outubro.

Analisando primeiramente as contas de 2008 propriamente ditas, poderão fazer-se 2 análises: uma objectiva, recorrendo a números, relações e indicadores que demonstram uma realidade com clareza, quer se esteja a falar da gestão de um município, quer da gestão de uma empresa privada; uma outra subjectiva, e que respeita ao uso alternativo que os recursos podem ter e das opções tomadas.

A análise objectiva mostra de forma indesmentível e indiscutível a rigorosa gestão financeira que o Município teve; os números estão aqui e falam por si, não havendo lugar a duas interpretações: aumento do activo, diminuição do peso do Passivo, face ao valor do Activo, diminuição de dívidas a fornecedores, diminuição no valor em dívida dos empréstimos de médio e longo prazo; aumento da poupança corrente, aumento das despesas de capital e diminuição do peso das despesas com pessoal no total das despesas.

É pois indesmentível a boa performance económico-financeira da gestão socialista em 2008.

Por outro lado, a análise subjectiva, possível de ser feita, mostra-nos como o executivo municipal se decidiu em termos de opção de afectação de recursos: fê-lo em coerência com a política delineada para Vila do Conde, conhecida e reconhecida pelos Vilacondenses. Elencando alguns números:


- As funções sociais levaram 14,8M€, dos quais 1,3M€ para Educação, 1,5M€ para ordenamento do Território, 1,1M€ para Saneamento, 0,7M€ para Habitação, 7M€ para Cultura, 1,5M€ para Desporto;

- Importa também destacar algumas despesas consideradas contabilisticamente como correntes: Transportes escolares 1,3ME; Fornecimento de refeições escolares, 1,1ME; Despesas com pessoal relativas às actividades de enriquecimento curricular cerca de 1ME.

Quanto às obras em específico, poderíamos enumerá-las, mas elas estão à vista, desde o Teatro Municipal, aos pequenos arranjos de largos e alargamentos de ruas, passando pelo Centro de Memória ou pelo Pólo 2 das Piscinas Municipais em Mindelo.

Estas foram as opções do Município, as opções de quem conhece bem o território e as pessoas e sabe quais as suas necessidades e prioridades, tanto mais num momento económico e socialmente delicado como o que vivemos. E os autarcas do PS assumem que o fizeram sozinhos. Infelizmente, não podem os vilacondenses contar com uma oposição responsável e construtiva. Pior, criando confusão, maledicência, não poucas vezes com ataques que não políticos, obrigam os autarcas socialistas a desperdiçar tempo e energias esclarecendo os ditos e contos que a nossa oposição lança. De facto, têm uma agenda que não é a nossa, falam de uma realidade que não é a dos vilacondenses. Vejamos por exemplo estas sessões da Assembleia Municipal de Abril, de discussão e aprovação de contas, ao longo deste mandato. E vejamos a diferença entre aquilo que aqui é dito (pela oposição) e o que acontece na realidade (pelo PS):

- a) **em 27 de Abril de 2006 diz o BE:** *“O Sr. Presidente não teve uma palavra para a Reserva Ornitológica, apesar de estar sempre a destacar a sua importância nacional. Pelos vistos tem importância nacional mas não tem a mínima importância local a avaliar pelo investimento a que lhe devota.”* É de quem não sabe o que diz: a solução adoptada e na altura em formulação é a que garante a existência agora e no futuro, de forma financeiramente sustentada, com responsabilidades repartidas, a Paisagem Protegida do Litoral de Vila do Conde;
- b) **em 23 de Abril de 2007 diz a CDU:** *“Uma vez mais, de forma absolutamente previsível, refira-se, a realidade encarrega de evidenciar a megalomania (demagogia, diria antes) em que persistem os executivos PS”.* Mais à frente, porém no mesmo dia e no mesmo documento *“Sr. Presidente da Câmara, Senhores Vereadores do PS, a contenção é de facto, em muitas situações, tida como virtude. Mas, tal não se verifica quando feita à custa das populações”.*

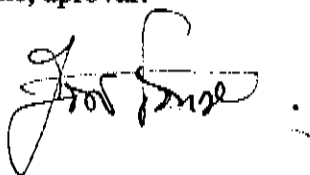
enc. 8


Bom, mas então é-se megalómano e contido ao mesmo tempo? Como é que é possível? É a política da terra queimada, de dizer mal de tudo e do seu contrário. Disparar em todas as direcções na ânsia de acertar algum tiro.

- c) nessa mesma sessão, **em 23 de Abril de 2007** diz a coligação: *“Ao seu jeito poderá, como é habitual, vir o Sr. Presidente dizer que a ser assim tudo tão mau não se compreende que os eleitores tivessem confiado n PS e não tivessem votado no PSD; que este partido se calhar gostaria que se encerrasse serviços ou dispensasse pessoal; lançará algum remoque pessoal quanto às qualidades de quem lhe faz oposição; tentará denegrir gratuitamente as capacidades técnicas e políticas de daqueles que o contestam”*. Pasmem-se, **em 28 de Abril de 2008**, um ano depois, numa sessão homologa a esta e homologa à de 2007, dizem *“O Sr. Presidente já nos habituou, na falta de melhor, a vir dizer que a ser assim tudo tão mau não se compreende que os eleitores tivessem confiado no PS e não no PSD para dirigir a Câmara. Também vem sendo hábito lançar algum remoque pessoal quanto às qualidades de quem lhe faz oposição, tentará denegrir gratuitamente as capacidades técnicas e políticas de daqueles que o contestam.”* A mesma coisa! Não, não há engano. A coligação independentemente das contas que a Câmara apresenta, independentemente das obras e projectos que concretiza, a coligação diz sempre e literalmente a mesma coisa. Isto é a prova que a vossa agenda é de chegar ao poder e atacar o Partido Socialista e o presidente da Câmara. Como é que os vilacondenses podem acreditar numa oposição que não analisa os documentos, as contas, porque nem se dá ao trabalho de mudar o que diz de ano para ano, limitando-se à sua ideia preconcebida de chegar ao poder custe o que custar, mesmo que custe Vila do Conde.

Nós gostamos de Vila do Conde, os vilacondenses gostam de Vila do Conde e gostam da forma como os autarcas do PS os tratam, os cuidam e tratam e cuidam de Vila do Conde, seguindo o caminho que bem está reflectido nos documentos que aqui hoje vamos, naturalmente, aprovar.

Partido Socialista
28 de Abril de 2009



CDU – COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

Doc 9
ACTA
[Handwritten initials]

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS/2008

Uma vez mais, numa prática que se vai tornando hábito, dado que, pelo menos de 2005 a esta parte, se repete, manifestamos insatisfação pelo facto de juntamente com o Relatório de Gestão e Contas não ter sido remetido aos membros desta Assembleia o Balanço Social do Município.

Recordamos que o documento em causa constitui um precioso auxiliar à compreensão do que vem sendo a linha seguida pelo Município em termos de gestão de pessoal, mormente no que à precarização na contratualização respeita (Trabs. a termo em 2006: 106; em 2007: 226), mas também ao recurso do trabalho extraordinário, entre outros.

Assim, Sr. Presidente da Assembleia, tendo em conta que o Balanço Social do Município, por força do legalmente imposto, está já elaborado, requer-se a V. Ex.^a se digne mandar diligenciar a sua facultação.

Relativamente ao que respeita directamente ao Relatório de Gestão e Contas há a dizer o seguinte:

A apreciação ao documento que nos foi apresentado passa forçosamente por todo um conjunto de “frases-chave” contidas na declaração introdutória do Sr. presidente de câmara.

Desde logo:

“... a evolução extremamente positiva das Finanças do Município é resultado de uma gestão rigorosa e cuidada, aliando a necessária contenção a um investimento seguro no que foi entendido como prioritário para Vila do Conde e para a sua população”;

A seguir:

“... Apesar da acentuada crise económico-financeira que se abateu sobre o nosso país e mundo, com consequências tremendas ao nível das receitas do município...”;

Logo depois,

“... continuou a apostar nas pessoas e no combate às desigualdades sociais, acto fundamental em tempos de crise que tanto atinge os mais necessitados. Veja-se, na Habitação Social...”;

Mais adiante,

“Para uma cidadania completa, o acesso à cultura e ao Desporto por parte de todos tem papel fundamental”;

Ainda,

“a Educação pôde ter a relevância que é exigida...”;

Também,

“... Um desenvolvimento sustentável do concelho, onde Ambiente, Urbanismo e Desenvolvimento Económico são apostas convergentes, é possível destacar a construção de ETAR do Ave e a concessão da exploração das redes...”;

Por fim,

“... a continuidade de transferências significativas para as Juntas de Freguesia...”;

De forma repetida e pouco imaginativa, o executivo camarário começa por distribuir ilusões, servindo-se de Orçamentos de ficção – os denominados orçamentos descartáveis – que só servem propósitos de propaganda, sendo abandonados de imediato, sujeitos a constantes e sucessivas alterações, até que, no final dos exercícios, dos mesmos existem meros resquícios...

Ora, para uma gestão que se invoca como de rigor desde logo se torna imprescindível um orçamento realista, ou seja, um orçamento “a sério”! E, para que se perceba o quanto era à partida pouco credível o orçamento para 2008, basta lembrar que o exercício em discussão teve no que respeita à

receita então prevista um desvio, para menos, de mais de 17 milhões de euros!

Bem clamou, na devida altura, quanto ao devaneio orçamental, a CDU, demonstrando o irrealismo da pretensão de uma receita de 76 milhões de euros, quando o município nunca atingiu, sequer, os 60 milhões. De nada valeu! Aliás, Sempre tem procedido assim o PS, fazendo ouvidos de mercador à sensatez, convicto, porventura, que a maioria absoluta que detém tudo legitima, mesmo a ausência de siso.

Só assim, aliás, se compreenderá que se culpe a crise “que se abateu sobre o nosso país e o mundo” pelas “tremendas consequências ao nível das receitas do município”.

É que, atendendo a que receita obtida em 2008 supera em mais de um milhão de euros a arrecadada em 2007 e que aquela, por sua vez, superou em mais de 5 milhões a alcançada em 2006, não se vislumbra qualquer influência de famigerada crise económico-financeira internacional; que, aliás, irrompe em fins de 2008!


Assim sendo - como é! - ou o Sr. presidente de câmara confundiu a crise internacional deflagrada em finais de 2008 com a crise interna com que os portugueses há anos se debatem e que o partido a que pertence fez agravar de forma exponencial ou, então, tal não passou do recurso a um expediente - a que também o governo PS vem recorrendo -, imputando a outros culpas e incapacidades próprias e do seu partido.

Palmilhando mesmo trilho, de culpar outros pela própria ineficiência e atribuir ao seu executivo méritos que decididamente lhe não cabe, afirma o Sr. presidente que a câmara continuou a apostar nas pessoas, apontando como exemplo a Habitação...

É extraordinário como se pode apresentar como bandeira uma área em que taxa de execução não foi além de metade do que se propunha - 53,02%.

Provavelmente, será por tal motivo e por razões similares que a CDU continua a aguardar que lhe sejam facultados, pelo executivo camarário, dados e documentos requeridos vai para seis meses (13/11/08)...

Entre os quais, a *“Relação dos vilacondenses candidatos ao arrendamento de habitação social, número de elementos do agregado familiar e data de candidatura”* e *“ a relação de fogos, construídos no âmbito do PER,*

Doc. 9


localização e data de conclusão. Bem como, o número de fogos que se encontram devolutos, sua localização e especificação do fim a que se destinam (venda ou arrendamento)”.

Diz o povo, na sua sabedoria, que quem não deve não teme. Ora, a julgar pela resistência da câmara em facultar os dados solicitados, é absolutamente pertinente que nos interroguemos do porquê de temer divulgar elementos que até fazem parte do que afirma ser a sua aposta “nas pessoas e no combate às desigualdades sociais”!

E, face a tal reacção, desde logo nos ocorre o dramático caso de um casal vilacondense, em que a esposa se encontra cega, tendo sido amputada das duas pernas, a viver em condições indignas, cuja situação foi dada à estampa há algumas semanas atrás, pelo Jornal de Notícias. Dizia o artigo que há mais de 10 anos aguardavam, aqueles cidadãos, por uma habitação social.

Aproveitando: Sr. Presidente, está já solucionado tal drama, que a todos nos envergonha?!

Continuando este autêntico périplo pelas contradições e incongruências com que a câmara PS nos contempla:

Não podemos deixar de exprimir o maior espanto face ao “desvelo” para com a cultura e o Desporto revelados na “Declaração do Presidente”. É que, também aqui, não bate a bota com a perdigota!

Explicamos: A atentar, no documento em análise, às taxas de execução de mais de 70% em tais áreas, seria suposto um cuidado efectivo com as mesmas. Que dizer, no entanto, quando se verifica que as verbas envolvidas se mantêm ao nível das aplicadas em 2002? Ou seja, há meia dúzia de anos que se não verifica qualquer evolução; tendo mesmo, a acreditar-se nos dados publicados pelo INE, existido entre 2002 e 2007 uma evolução negativa de 2,7 pontos percentuais!

Será que perante tais dados, o tal “*papel fundamental*” no acesso à Cultura e ao Desporto, “*por parte de todos*”, no mínimo não é, digamos... remetido para secundário?!

Doc. 9
A
B

E que dizer, da altiloquente frase “*a educação pôde ter a relevância que é exigida...*” quando a taxa de execução vai pouco além de metade do que se propunha? (57,82%)

Mais grave, porém: que concluir quando a concessão das rede de água e saneamento são apresentadas como medidas de mérito para “*um desenvolvimento sustentável do concelho, onde Ambiente, Urbanismo e Desenvolvimento Económico são apostas convergentes*”? No mínimo, que se está perante uma provocação e uma ofensa à inteligência dos vilacondenses!

Primeiro, porque é consabido que a entrega a privados de área tão elementar como a água e o saneamento não resultam de qualquer opção estratégica. Mas, antes da assunção de mais de três décadas de incapacidade de gestão PS;

Segundo, porque não fosse tal área tão apetecível para os privados e nunca os mesmos a aceitariam, pelo que se não entende onde cabe aqui, em termos de interesse municipal, o tal desenvolvimento económico.


- Os Vila-condenses, aliás, já estão a pagar bem caro tal decisão. E não consta que tenham antevisto na mesma qualquer benefício económico para os seus agregados familiares! -

Terceiro, porque, uma vez mais, a acreditar nos dados publicados pelo INE, entre 2001 e 2007, em total contradição com o que executivo pretende fazer passar, o que as sucessivas maiorias do PS fizeram, em termos de Ambiente, Infra-estruturas e Equipamentos, foi amputar em mais de 50% o seu investimento em área tão relevante. (*vide, in Anuário Estatístico de Portugal*)

Pelo que, tem forçosamente de concluir-se, as preocupação com a “sustentabilidade do concelho”, estribadas nos argumentos do Sr. presidente, não passam de uma rábula digna de figurar no teatro revisteiro. Infelizmente, os vilacondenses dificilmente lhe acharão graça, dado que a si lhes cabe suportar os custos pesadíssimos que comporta a política do PS local.

Agora, apenas um comentário à espantosa referência da “*continuidade de transferências significativas para as Juntas de Freguesia...*”:

Sr. presidente de câmara,

6
bc. 9


não estivessem as Juntas de Freguesia tão dependentes do pouco que a câmara lhes concede e, certamente, seriam as mesmas as primeiras a repudiar a minguada que, em tom generosamente paternalista - e sempre devidamente publicitado! - lhes é concedida.

Infelizmente, a dependência a que se encontram votadas e o enfeudamento político-partidário, têm impedido os seus presidentes de reivindicarem, para os cerca de dois terços de população do concelho que representam, pouco mais que migalhas. Daí, aliás as profundas assimetrias com que o concelho se debate. Algo que ninguém de boa fé contestará! E tudo isto se passa três décadas após uma revolução que fez do poder local uma das suas principais conquistas. Quem sabe, talvez por isso, também, se vá ouvindo cada vez mais, por aí, que está a ser necessário um novo 25 de Abril...

Continuando,


A fls. 10, alínea 9, do doc. em discussão, são referidas três acções de fiscalização efectuadas ao município: uma pelo IGAT, em 2004 e duas pela IGF, em 2005 e 2007.

De tais acções inspectivas solicitou a CDU, em 08 de Maio de 2008, insistindo no pedido em 25/11 do mesmo ano, os respectivos relatórios. Não considera, Sr. Presidente, ter já decorrido tempo bastante para que tais documentos sejam facultados?

Não considera que, sendo o acesso aos mesmos um direito dos membros desta Assembleia, o alheamento da câmara a que preside tem que ser entendido como deplorável falta de transparência, cerceadora até de justificados pedidos de esclarecimento?

Vai continuar a CDU a aguardar pelos documentos em causa, até porque quer continuar a acreditar que a maioria PS ponderará das vantagens de pôr sistematicamente em causa princípios formais que lhe são impostos pela mesma democracia que lhe possibilita o exercício do poder!

Da Conta de Gerência (fls. 38) resulta, de facto, uma diminuição da dívida do município, que atinge agora o montante de € 69.661.150,87. O que, por um lado, fica a dever-se ao facto de ter obtido mais receita que em 2007 - e isto, apesar da tal crise económico-financeira - e, por outro, às baixas taxas de execução no investimento.

7 doc 9


Uma chamada de atenção para o facto de nos quase 70 milhões de euros de passivo do município estarem mais de 2, 3 milhões de euros de cauções!

No que respeita à Receita (fls. 45 a 50), o grau de execução global é de 74,3%, com a particularidade de nas Receitas Correntes,

Em Impostos Indirectos a execução atingir -----	123,8%;
Em Taxas-----	116,9%;
Em Saneamento- o que confirma as nossas denúncias- uns escandalosos -	305,9%;
Em Venda de Mercadorias-----	107%;
e	
em resíduos sólidos-----	109,%;

Por sua vez, em Receitas de Capital (fls. 40)

O grau de execução global é de ----- 32%;

Sendo que,

Em Bens de Investimento não se foi além de.....	4,8%;
Em Terrenos-----	0,7%;
Em Habitação -----	12,5%;

e,

em Transferências da Administração Central (fls. 50) ----- 60,6%.

O que nos leva às seguintes conclusões:

Primeiro - que pesem embora as sucessivas correcções a que foi sujeito – transformando-o totalmente -, o Orçamento que está na génese desta prestação de contas manteve-se ainda assim altamente inflaccionado, não se cansando, para tal efeito, o executivo de recorrer a truques habituais, como a “Venda de Bens de Investimento”;

Segundo - que o aumento das Receitas Correntes foi feito à custa dos munícipes, **com agravamento, nalguns casos, brutal**, dos Impostos Indirectos, Taxas e Venda de Mercadorias.

Inc. 9


Saliente-se, pois, o papel da câmara – na mesma linha política do governo - a contribuir para o agravamento da situação social do concelho. Situação essa, no entanto, com a qual, de forma sempre compungida, insiste em manifestar-se preocupada.

Está à vista de todos a candura de tais manifestações...

No que respeita à Despesa (fls. 56),

O grau de execução global é de----- 76,9%.

Sendo que em Despesas Correntes (fls. 57) foi de ----- 82,85%;
 e em Despesas de Capital (fls. 59) ----- 68,45%.

Desdobrando estas, no entanto, é possível constatar que

A Aquisição de Bens de Capital (fls.59) ficam-se pelos----- 62,31%;
 a Construção de Habitação (fls. 59) em ----- 36,24%;

- Recordando-se, todavia, que a verba global prevista tinha um peso no Orçamento que não ia além dos 0,77% ! -

Em Arruamentos a taxa de execução foi de ----- 46,2%;
 Em Captação, Tratamento e Distribuição de água ----- 58,58%

- Não excedendo, no entanto, a verba total prevista uns inenarráveis 0,84% do peso total da Despesa –

E em Viação Rural o grau de execução foi de ----- 23,25%!

Para uma melhor ilustração do que foi – e não deveria ter sido! – a gerência PS no ano de 2008 - na senda, aliás, de actuação idêntica em exercícios anteriores! – lembramos alguns casos específicos de obras em fase Zero (ou seja, que não saíram sequer do papel!). (fls. 111 e 112):

13 – Relativas a Centros Escolares e Escolas;

e,

9 - Relativas a Esgotos;



Para além destas,

a Construção do Pavilhão Desportivo, Piscina e Equipamentos envolventes nas Caxinas;

a Construção do Parque Desportivo e de Lazer nas Caxinas e Poça da Barca;

E, ainda, mais

34 – obras na Rede Viária!

Da fase 1, por sua vez, continuam sem sair a Piscina junto à Escola EB 2/3, da Junqueira

e

a Piscina junto à Escola EB 2/3, de Macieira.

Senhor Presidente de Câmara,

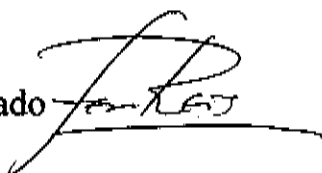
Senhores Vereadores,

Como, apesar das limitações de tempo a que estamos sujeitos, tivemos, ainda assim, oportunidade de demonstrar, o documento de ficção, preche de ilusões, que pomposamente se denominava “Grandes Opções do Plano e Orçamento Para 2008” resultou neste “Relatório de Gestão e Contas” em que realidade e desilusão se apresentam como sinónimo!

Não pode, pois, a CDU, em consciência, assumir outra posição que não seja penalizar a gestão medíocre e gravosa para Vila do Conde e os Vilacondenses que V. Exs. protagonizaram.

Razão por que, votaremos negativamente.

O Deputado



Relatório de Gestão e Contas da Câmara Municipal de Vila do Conde – 2008

28/4/2009

Sr. Presidente da Assembleia
Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores
Sras. e Srs. Deputados
Minhas senhoras e meus senhores

Pela última vez neste mandato somos chamados a apreciar o relatório anual de gestão e as contas da autarquia. Não há surpresas nem boas notícias. Dois mil e oito foi, mais uma vez, um ano adiado para Vila do Conde.

1.

A gestão e as contas da equipa que dirige a Câmara Municipal têm merecido as maiores reservas e críticas do Partido Social-Democrata. Não só pela censura das sucessivas avaliações externas mas, sobretudo, por serem o espelho de erradas opções políticas.

Anualmente, temos vindo aqui denunciar o preocupante desequilíbrio entre o desenvolvimento da cidade e o esquecimento a que são votadas as freguesias;

Temos denunciado a total inversão de prioridades políticas para o investimento, cuja maior fatia tem sido aplicada na Cultura – como se a cultura fosse o nosso maior problema – deixando milhares de vilacondenses sem água, sem saneamento, com péssimos acessos e com vergonhosos, sim, vergonhosos indicadores no Ambiente, na Saúde e no Desemprego.

Temos vindo a denunciar a **monstruosa dívida** que a Câmara foi acumulando e que há-de limitar seriamente a liberdade dos nossos filhos e netos poderem fazer as opções e escolher os caminhos do seu futuro.

Infelizmente, não somos só nós a fazer estas denúncias.

Nos últimos 4 anos, não foi apenas o PSD a criticar e a censurar as contas e a gestão socialista da Câmara de Vila do Conde. A bem da verdade, não houve, até à data, uma única instituição oficial, credível, que desse nota positiva ao acerto técnico e à regularidade das contas desta Câmara Municipal.

Os resultados financeiros do município têm sido negativamente sublinhados, ano após ano, em cada Anuário editado pela Câmara dos Técnicos Oficiais de

Contas. No Anuário do último ano, de entre os 308 municípios portugueses, Vila do Conde ocupa o desonroso 33º lugar de entre aqueles cujas receitas mais dependem de impostos. Fica em 6º lugar nos municípios com falta de liquidez e em 14º lugar no ranking dos mais endividados.

De 2002 a 2005, a Inspeção-geral das Finanças e o Tribunal de Contas também vieram acusar a Câmara de várias irregularidades e ilicitudes tendo, este último, condenado o Presidente e Vereadores socialistas a pesadas coimas por deficiente gestão administrativa e financeira da autarquia. É esta a realidade.

Portanto, a primeira nota ao Relatório e Contas da Autarquia relativo a 2008 é a da **falta de credibilidade** desta Gestão e destas Contas.

Falta de credibilidade que se confirma logo na entrada do Relatório. A Declaração do Presidente, na página 5, não é mais do que uma tentativa de mascarar a realidade com cenários irreais e meias palavras que, ou não têm fundamento ou são desmentidas pelo próprio relatório. Veja-se estes dois exemplos:

Diz o Presidente da Câmara que a crise económica **teve consequências tremendas ao nível das receitas do município**, sugerindo que não se fez o que se prometeu por causa da crise ter afectado as receitas. Ora, umas páginas à frente, vemos que a crise que se abateu sobre os vilacondenses e os portugueses, afinal, não chegou à Câmara, **pois as receitas da Câmara em 2008 foram superiores às de 2007. Um paradoxo!**

Mais à frente, num outro exercício de demagogia, vem falar-nos da **relevância da Educação e da construção de Centros Escolares no concelho**, como se em 2008, algum dos 13 Centros Escolares referidos no Plano de Investimento tivesse visto a luz do dia. Onde estão eles?

Ainda hoje, 35 anos após o 25 de Abril, passamos nalgumas escolas de Vila do Conde e vemos...Contentores. Dezenas de alunos enfiados em contentores, pelo segundo ano consecutivo. A relevância que esta Câmara dá à educação dos vilacondenses não se mede pelas palavras e declarações do Presidente da Câmara, mas sim pelos contentores e pelas deficientes condições em que muitos alunos têm aulas.

2.

Numa análise mais detalhada do Relatório, saltam aos olhos as principais insuficiências políticas desta equipa socialista. Em 2008:

- a) Houve um forte **desinvestimento nas freguesias**;
- b) Uma **gestão desequilibrada** dos investimentos;
- c) Um **esquecimento dos problemas dos vilacondenses e da crise social** que os atinge.

São estas as marcas da gestão e das contas que agora analisamos.

3. Desinvestimento nas freguesias

Dos 28,5 milhões de euros previstos para investimento, executaram-se apenas 18 milhões. Foram **menos 10 milhões de euros** em obras essenciais para a população, prometidas ano após ano e nunca executadas.

Não houve um **único sector** em que o investimento tivesse correspondido às promessas feitas, aqui, em Dezembro de 2007. Da Educação à Habitação, da Cultura ao Desporto, da Água ao Saneamento, do Turismo à Segurança e Protecção Civil, **em todos se fez menos, bastante menos, do que aquilo que se prometeu fazer.**

E quem sofreu mais com os cortes no investimento foram aqueles que sempre estiveram em 2º lugar nas preocupações dos socialistas que governam a autarquia: **foram as populações das freguesias.** A prova disso é em 2008 foram feitos **sessenta e nove cortes** em obras e investimentos prometidos. E dessas 69 obras e investimentos que ficaram no papel, **quarenta e oito (70%)** são pequenas obras de beneficiação dos arruamentos das freguesias. De Aveleda até Rio Mau; de Mindelo a Fornelo foram 48 os investimentos e as obras de alargamento, pavimentação e drenagem de ruas que se prometeram e não se fizeram. Pequenas obras que poderiam ajudar ao desenvolvimento social e económico das populações das freguesias. Pequenas obras que **não saem do Plano de Investimentos desta Câmara desde ... 2003.**

Veja-se como a "Recuperação e Valorização da Praia de Mindelo" foi mais uma vez adiada, assim como foi adiada e não saiu do papel a "Aquisição dos terrenos da Cidade de Bagunte", ambos importantes investimentos para as freguesias.

Dos 13 Centros Escolares previstos nas opções do Plano, 11 deles localizam-se em várias freguesias do concelho. Os socialistas que governam o município e que andam sempre a gabar o parque educativo de Vila do Conde, durante o ano de 2008, não aplicaram um único euro nos Centros Escolares que constam do Plano.

E onde estão as piscinas de Macieira e da Junqueira? Onde estão as Pontes de Arcos e Retorta? E onde estão os transportes escolares decentes, com carreiras e horários compatíveis, que deveriam transportar as crianças e jovens dos Agrupamentos de Escolas que servem as populações das freguesias a sul e a nascente do concelho? **Nada!**

Sempre soubemos que eram poucas as preocupações desta Câmara Municipal com as freguesias. Sempre verificamos que estes autarcas quanto mais falam nas freguesias, quanto mais “vêem, ouvem e planeiam”, menos obras fazem e maior é o atraso de desenvolvimento das freguesias em relação à sede do concelho.

Os números de 2008 aí estão para o reforçar: mais uma vez, as freguesias foram o parente pobre desta Câmara Municipal.

Também aqui precisamos de VERDADE. Não se pode continuar a iludir as populações das freguesias com falsas promessas como fazem os políticos que governam Vila do Conde.

4. Gestão desequilibrada do investimento

Uma boa gestão política dos recursos do município exigiam dos responsáveis uma forte noção do interesse público e uma visão global dos problemas do concelho. Era preciso ter sempre a noção de que a Câmara Municipal governa o concelho e não apenas a cidade.

A Câmara tem a obrigação ética e política de governar para todos e de promover o desenvolvimento equilibrado, homogéneo e sustentado do concelho. Era obrigação da Câmara implementar políticas de compensação e de diferenciação positiva que fizessem aproximar as zonas menos desenvolvidas das mais desenvolvidas e atenuassem as dificuldades no acesso à saúde, à educação, ao emprego e ao bem-estar, sentidas pelas populações mais afastadas da sede.

Mas, não foi isto que a Câmara fez durante 2008, antes pelo contrário: continuou a fomentar as assimetrias concelhias, a acentuar as diferenças de

desenvolvimento no espaço municipal, dando razão àqueles que vêem **Vila do Conde como um concelho a duas velocidades.**

A maior prova da insensibilidade da Câmara para a necessidade urgente de promover o desenvolvimento equilibrado do concelho é-nos dada pelo **forte desequilíbrio nos investimentos**: dos cerca de 18 milhões de euros aplicados em obras e investimento em todo o concelho, **7 milhões foram aplicados em Cultura.**

Num concelho com 30 freguesias, onde vivem cerca de 75.000 habitantes, onde existem milhares de habitações sem água e sem saneamento básico, com uma das maiores taxas de desemprego do Grande Porto; num momento em que todo o mundo atravessa uma das maiores crises económicas da história, esta Câmara gastou 40% de todas as verbas disponíveis para investimento na Cultura. **Mais de 7 milhões de euros para apenas duas obras na cidade: o Teatro e o Museu Municipal (Casa de S. Sebastião). Será preciso mais alguma prova da falta de equilíbrio e de equidade na gestão deste município?**

5. O esquecimento dos vilacondenses

Uma gestão que ponha as pessoas na primeira prioridade da sua acção há-de implementar políticas que favoreçam a cidadania e que promovam a liberdade e a autonomia.

Ao contrário do que declara o Presidente da Câmara, a execução do Plano de Investimentos **não apostou nas pessoas nem no combate às desigualdades sociais. As dificuldades dos vilacondenses não diminuíram, não melhoraram as condições de segurança, nem as condições de saúde, nem o parque escolar, nem as condições ambientais.**

Para que se veja como esta Câmara aposta nas pessoas, vamos recordar como tratou dos vilacondenses em 2008. No ano passado, a Câmara de Vila do Conde:

- Aumentou a taxa de recolha de resíduos sólidos (3,5%), muito acima da inflação;
- Cobrou à população a taxa de IMI mais elevada do país (0,8%) e impôs às empresas a taxa máxima de derrama;
- Aplicou, aos vilacondenses que gozam do privilégio de ter água da rede pública, uma **“taxa de disponibilidade”** de forma a compensar os rendimentos

da taxa de aluguer do contador, suprimida pelo Governo. Dito de forma mais simples: o Governo isentou os portugueses de uma taxa estúpida e injusta. A nossa Câmara, em ano de crise, obrigou os vilacondenses a pagar o mesmo valor criando uma estúpida e injusta "taxa de disponibilidade";

E, se nos lembramos que foi em 2008 que o Presidente da Câmara assinou com o Governo o acordo que levou ao fecho do serviço de Urgência do Hospital, então é caso para dizermos que, com amigos destes, os Vilacondenses não precisam de inimigos.

Mas, há mais sinais das preocupações desta Câmara com os vilacondenses.

Todos nos lembrámos que, em 2008, tivemos uma das piores épocas balneares de sempre. E a qualidade do ar colocou Vila do Conde como a segunda pior cidade do país. Num cenário desta natureza, esperava-se que a Câmara combatesse vigorosamente estes maus indicadores ambientais, tanto mais que vieram a terreiro, Presidente e Vereador do pelouro, contestar estas más notícias ambientais e aqueles que as veiculavam.

Acontece, porém, que as preocupações da Câmara não foram assim tantas como se dizia pois, dos 458 mil euros de investimento previsto para **Protecção do Meio Ambiente** (p. 71) **apenas se investiram 183 mil, menos 60%**.

E no capítulo da "Segurança e Ordem Públicas" foi ainda maior a desgraça. O Relatório Nacional de Segurança Interna veio mostrar que em 2008 a insegurança e o número de crimes foram os mais elevados dos últimos 10 anos. Vivemos numa região e num concelho em que é rara a semana que não surgem notícias nos jornais sobre insegurança, assaltos e outros crimes contra as pessoas e a propriedade. Seria pois lógico que houvesse da parte da Câmara Municipal sinais políticos firmes e consequentes para melhoria das condições de segurança dos munícipes.

A Câmara Municipal de Vila do Conde investiu durante todo o ano de 2008 em **Segurança e Ordem Públicas, €48,04**.

Quarenta e oito euros num ano foi a preocupação que a Câmara teve com a segurança dos seus munícipes.

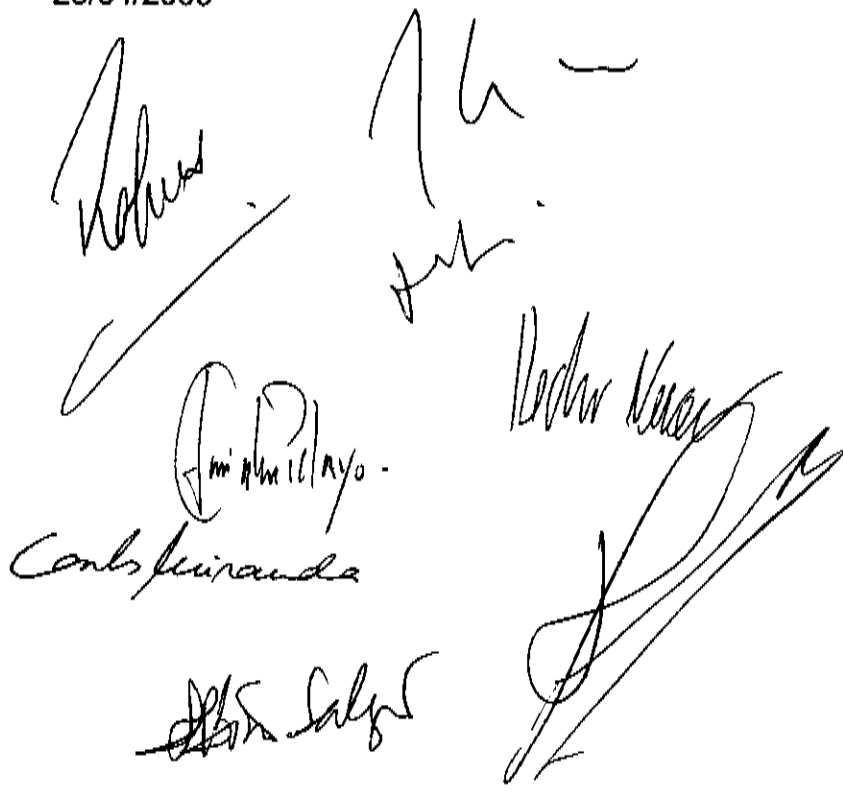
Como é grande a diferença entre aquilo que se diz e aquilo que se faz...

A brutal dívida do município; o desequilíbrio no investimento, o desinvestimento nas freguesias e o esquecimento a que são votados os vilacondenses, têm responsáveis.

Os responsáveis estão aqui connosco. Os responsáveis são aqueles que dirigem o concelho há 35 anos.

O PSD votará **contra** o Relatório de Gestão e Contas - 2008 que está em discussão nesta Assembleia.

28/04/2009



Handwritten signatures and notes:

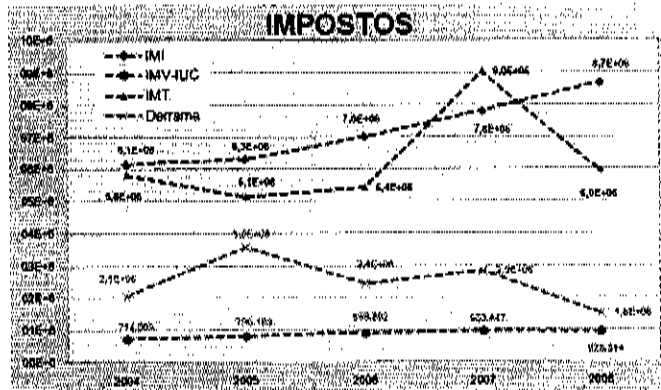
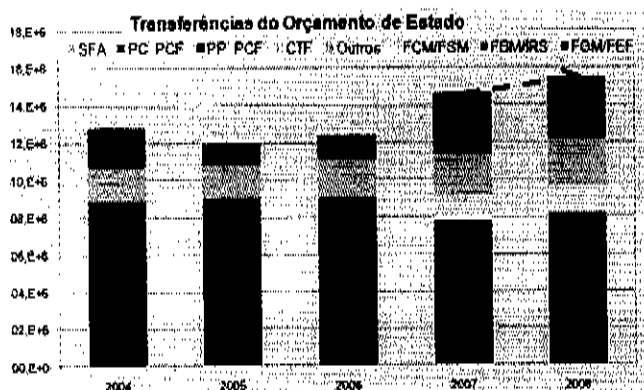
- Top left: A signature, possibly "Roberto".
- Top center: A signature, possibly "Jh".
- Middle left: A signature, possibly "Amílcar".
- Middle left: The text "Contas fidejandadas" written below a signature.
- Bottom left: A signature, possibly "Alfonso Salgueiro".
- Right side: A large, stylized signature, possibly "Rodrigo Vaz".

Relatório de Contas de 2008

RECEITA

2008 foi um ano de crise económica profundo que atingiu o concelho de modo severo, estando traduzido neste relatório de contas através da diminuição acentuada da derrama, que incide sobre os lucros das empresas e também do IMT, Imposto Municipal sobre venda de imóveis.

Apesar disso, a receita municipal aumentou, foi mesmo a maior receita de sempre, e esse aumento foi possível através, por um lado, do aumento das transferências do Estado, mas também do aumento de receita do IMI, a qual cresce continuamente desde 2005, sempre com taxas máximas por vontade única do Partido Socialista, penalizando ainda mais os municípios de Vila do Conde, em ano de crise e de elevada taxa de desemprego.

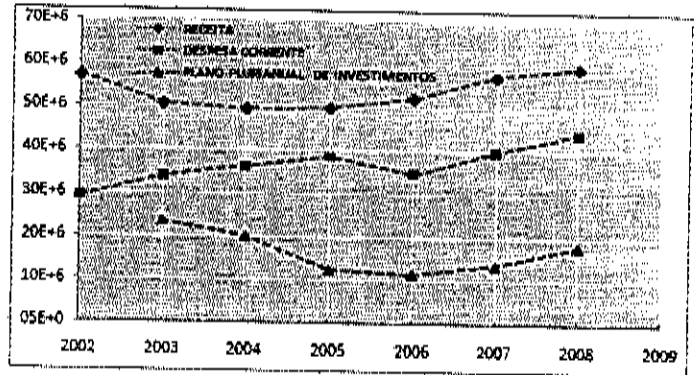


O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses relativo ao ano de 2007, conclui que o município de Vila do Conde é dos que **"...apresentam maior Independência financeira"**, e também **"..com maior peso de receitas provenientes de impostos"**, isto é, é dos municípios que mais sobrecarrega os seus municípios.

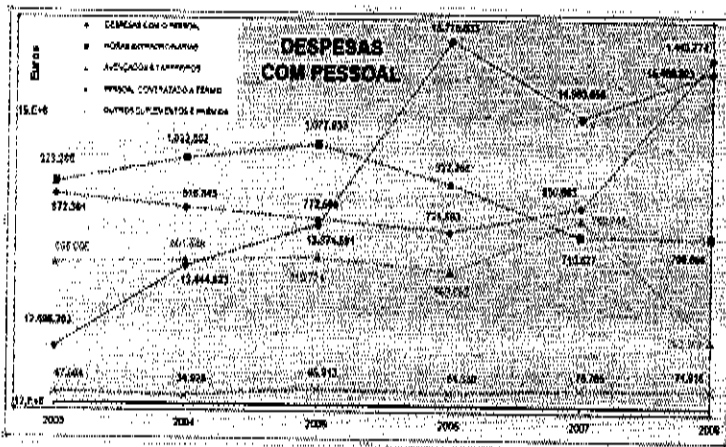
Não defendemos a perda de receita dos municípios, pelo contrário, só com receita podem os municípios realizarem serviços de qualidade e com as características que só o Estado está em condições de garantir, a universalidade, a equidade e o custo justo, sem lucro. Mas não pode o município procurar compensar a falta de receitas por via da diminuição da actividade económica, pela via da aplicação de taxas máximas sobre um bem essencial como é a habitação. A taxa máxima de IMI cobrada em ano de profunda crise é ainda mais imoral e nada socialista, pois constitui mais um garrote sobre os orçamentos familiares, os gastos com habitação não são um mero consumo que se possa anular ou reduzir, tanto mais que a compra de casa se deveu em grande maioria à falta de casas para aluguer. A cobrança do IMI superou mesmo as melhores expectativas da maioria socialista; A previsão inicial de 7,4 milhões foi corrigida em alta para 8 milhões tendo a cobrança sido de 8,6 milhões de euros, mais 16,9% do que o previsto inicialmente, em Dezembro de 2007, quando a crise não se tinha mostrado ainda.

DESPESA

A despesa corrente continua a aumentar em linha com a receita, isto é, quanto mais se arrecada, mais se gasta; precisando os números, a receita aumentou 3,61% e a despesa corrente 11%, ou seja, três vezes mais. O investimento cresceu, sim, mas sobretudo devido às transferências da Comunidade Europeia, designadamente os 6,2 milhões de euros para o Teatro Municipal e não devido a melhor eficiência e uso da receita própria.



Nas despesas com pessoal, houve uma ligeira subida de 14,9 para 15,4 milhões de euros; verificou-se uma descida com os avençados e tarefeiros de cerca de meio milhão de euros e uma subida nos contratos a termo certo de cerca de 600 mil euros, movimento que até se aplaude se isso resulta da modificação do tipo de vínculo dos professores de enriquecimento curricular, reduzindo a precariedade dos mesmos, e sobretudo porque resulta na assunção por parte da câmara dos descontos para a segurança social. Se recordam, levantamos nesta

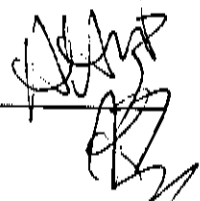


assembleia esta mesma questão, isto é, se a contratação dos professores se destina a suprir uma necessidade permanente e bem definida no tempo, então o contrato e respectivo vínculo, deve ser adequado a essa necessidade. Os gastos em trabalho extraordinário baixou em 2007 e mantêm-se o seu valor em 2008 devido às limitações impostas pela legislação entretanto saída que veio por termo a alguns abusos e expedientes que usavam as horas extras para outras

compensações.

PLANO DE INVESTIMENTOS

Confirma-se a continuação do despezo pelas freguesias verificável através do elevado número de obras de alargamento, pavimentação e drenagem de águas pluviais não realizadas, todas fora da sede do concelho; dos 44 itens inscritos no plano para a rede viária e sinalização de 24 freguesias, apenas foi realizada uma das obras previstas na freguesia de Macieira, sendo a taxa de execução global destas obras de apenas 23,7%, uma das mais baixas de todo o plano. Faltou dinheiro para obras básicas de pavimentação de ruas, para eliminação de barreiras arquitectónicas ou para a Paisagem Protegida do Litoral.



Na Declaração inicial do Sr. Presidente, afirma na página 5,

“O Ordenamento do território mantém a sua “parte de leão” na actividade municipal pela sua importância no elevar da qualidade de vida dos cidadãos, tendo-se concretizado elementos urbanísticos prioritários...”

logo o primeiro item do Ordenamento do Território aparece: arranjos urbanísticos exteriores do pavilhão de Guilhabreu com **38.334** euros; esta verba usada em arranjos urbanísticos daria para realizar os seguintes investimentos inscritos no Plano:

- a totalidade do previsto realizar em 2008, para todos os **centros escolares do ensino básico: 33.000** euros, sobrando ainda **5.000** euros para outra obra, por exemplo a
 - reabilitação de redes já existentes e que apresentam sinais de degradação nesse mesmo valor;

ou

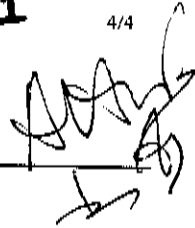
- duas obras, uma de Saneamento Básico, e outra de Abastecimento de água, previstas mas não realizadas:
 - conclusão do projecto interceptor sul das freguesias de Mindelo, Vila Chã e Labruge, de ligação ao sistema de tratamento intermunicipal com o Município de Matosinhos, no valor de **25.000 euros**;
 - Plano geral integrado de abastecimento de água ao concelho para Vilar do Pinheiro, Aveleda e Mosteiró, **8.000 euros**;

ou ainda

- abertura e colocação das infra-estruturas de saneamento **básico** na rua Irmãos Casal Pelayo no valor de **10.000** euros;

O senhor Presidente dá mostras de desconhecer o sentido das palavras mais básicas, em especial o da palavra **BÁSICO**; Saneamento Básico, é um indicador de desenvolvimento social, quer dizer que **serve de base** para a desejada qualidade de vida dos cidadãos do concelho, coisa que esta governação não proporciona aos seus munícipes das freguesias periféricas. Os vilacondenses das freguesias de Mindelo, Vila Chã e Labruge, vão continuar a ver correr os esgotos, a céu aberto ou entubados, para o campo ou ribeira mais próxima, porque o partido socialista entendeu ser mais prioritário, mais básico que o saneamento básico, os ditos arranjos urbanísticos

As prioridades estão invertidas como temos vindo a denunciar ano atrás de ano, **o Sr. Presidente e a maioria do partido socialista preferem, já sabemos, os arranjos exteriores de fachada, às obras básicas e nada melhor o demonstra que as suas próprias contas.**



O Relatório escrito da actividade municipal que consta dos documentos desta assembleia, inclui uma lista de obras realizadas nas freguesias do concelho no ano civil de 2008. Quem não conheça Vila do Conde pode ser levado a pensar, erradamente, que o concelho não tem 30 freguesias mas apenas 29, já que na lista não consta a freguesia de Vila do Conde. Das duas uma, ou durante 2009 nada foi realizado nesta freguesia, ou alguém quer ocultar a lista de realizações na mesma para evitar comparações com as obras realizadas nas restantes 29, e concluir aquilo que todos sabem, que o desequilíbrio do investimento é brutal e isso explica o atraso de desenvolvimento e de qualidade de vida das 29 freguesias referidas no relatório face à freguesia sede do concelho. Mas esse desequilíbrio ficaria ainda mais exposto se para além da listagem das obras, incluísse o montante gasto em cada uma delas.

Continuam adiadas a construção das pontes de Retorta e sobre o Rio Este, obras que entendemos prioritárias por desencravarem várias freguesias do interior cercadas pelos respectivos rios.

Das 5 escolas previstas para serem iniciadas em 2008, centro escolar das zonas nascente e poente da cidade, as EB1/II de Areia, freguesia de Árvore, de Fajozes e Labruge, nenhuma viu o início de obra ou sequer de projecto.

A dívida à ADSE voltou a subir, passou de 672 mil euros para 1,2 milhões de euros, sensivelmente o dobro. Esta dívida é incompreensível já que é dinheiro cobrado aos funcionários camarários e não entregues, é por isso uma retenção indevida e abusiva, um desvio do dinheiro da Assistência na Doença dos Funcionários do Estado para financiar as despesas do município.

Mais uma vez e confirmando o que temos vindo aqui repetidamente a referir, o Anuário Financeiro das Municípios Portugueses relativo a 2007, faz ainda mais algumas referências a Vila do Conde:

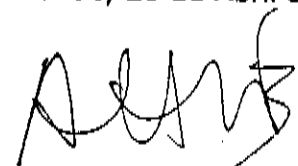
referência	posição
Municípios com maior passivo exigível em 2007	15ª
Municípios com menor liquidez	6ª
Grupos municipais com maior índice de dívida líquida	14ª

Isto apesar de ser o 19º município na lista dos que apresenta maior independência financeira.

Não são estes, já se vê, os indicadores de gestão escolhidos pelo Sr. Presidente da Câmara no seu Relatório de Gestão, pois não são de forma a que se possa orgulhar.

Assembleia Municipal de Vila do Conde, 28 de Abril de 2009

armando herculano



27/07

CDS/PP – Intervenção sobre o R.G.C. do ano de 2008

A actual conjuntura é em todo propícia à elaboração de um elenco de fundamentações que podem baralhar ou mesmo mistificar assuntos relacionados com o posicionamento financeiro e a lógica de investimentos de um município.

Os dados disponibilizados no actual relatório de gestão demonstram o encerrar de um ciclo anual de trabalho autárquico mas que assume especial atenção atendendo ao desfecho do mandato. Em Outubro de 2009 teremos uma nova equipa no executivo pelo que se entende hoje o que nos irá esperar nos próximos 4 anos.

É igualmente indissociável deste exercício o que aqui já foi referido como conjuntura. O momento de crise associado à praxis da democracia demonstra o papel dos municípios na evolução da sociedade portuguesa.

Assim, os municípios acarretaram ao longo dos últimos 35 anos a tarefa de promover uma evolução, globalmente positiva, do país. Veja-se o que efectivamente se foi mudando ao longo desses concelhos e, sendo justo, também em Vila do Conde. A manutenção de um património histórico alicerçado num condicionar das zonas históricas do concelho tornou-se a principal imagem de marca do nosso município.

As metas preconizadas pela implantação do poder local – aproximação do poder de decisão à população e implantação de maior equidade das decisões do Estado – traduziram-se em mais-valias gerais havendo um custo significativo que hoje começa a ser revelado.

Um custo foi o desgaste da imagem do agente autárquico. Começando pelas práticas políticas, de técnicas de pessoalização em detrimento das ideias e dos pensamentos, vemos que hoje a população olha com algum desprezo a classe política. Aliás, coloca todos no mesmo saco não fazendo tão pouca justiça entre os que dão o seu tempo para a população e aqueles que exercem a profissão de Político. O desgaste atingiu o ponto extremo que até houve a necessidade de se impor um prazo de validade aos mandatos. A famosa limitação de mandatos impôs uma ideia de retenção do poder que pode distorcer a determinado momento a objectividade do trabalho executado. Por outro lado, a definição de um ciclo fechado traduziu-se numa alteração de hábitos dos projectos os quais cada vez mais vão-se libertando da lógica mono partidária indo até ao limite das candidaturas independentes.

Através desta baliza de factos perceberemos a execução do último ano a qual espelha em certa medida a dimensão do mandato. A sua lógica, as suas prioridades e os seus insucessos.

A falta de liquidez e a evolução do passivo em comparação a outros municípios deixa uma sensação de que se verificou uma revolução profunda no nosso concelho. A cidade e as freguesias, essa dicotomia tão contestada por nós, deveriam ter sofrido um salto nos últimos anos. Na realidade a qualidade de vida e a própria evolução social e económica espelham não um mandato mas um esforço de 35 anos. E qual o resultado? Houve uma interessante

sabedoria na manutenção de riqueza herdada pela nossa história contudo julgamos que isso não é o bastante. Mais importante que o guardar do nosso passado é garantir a subsistência do nosso futuro. E isto nos dias de hoje revela-se dramaticamente verdade. A crise nacional que se vem assistindo desde 2002 e com especial incidência desde 2008 demonstra o perigo de não antecipar investimento privado causando uma rotação económica geradora de emprego e riqueza. Este desenvolvimento imputa uma resposta mais forte aos momentos mais difíceis. É que entre a lógica de redução do défice externo a passar pela imposição de nova legislação sobre a gestão de financiamento das autarquias locais o facto é que tudo significou a redução de uma margem de manobra para a realização do investimento público. A arte e o engenho de contornar as limitações da coisa pública passam por tentar ser mais abrangente. Vila do Conde não conseguiu impor uma solução, a nosso ver por opção estratégica e ideológica e o resultado fica à vista. Dois exemplos claros: O que é feito do investimento privado na zona POLIS? E o que responder à transformação paradigmática da zona industrial da Varziela, hoje mais conhecida por "China Town"? A ausência actual destes investimentos ou a mudança da vocação da zona industrial traduzem-se de forma inevitável na riqueza circulante no concelho, no nível de emprego e obviamente na própria qualidade de vida.

Por sua vez percebe-se que a determinado momento da análise da realidade económica do município que o mesmo está sujeito a uma forte dependência das receitas oriundas dos impostos em detrimento das soluções que outros municípios têm vindo a preconizar. Será que esta opção é a mais correcta? O problema mais que evidente é que basta um recuo económico sério que nem a eficiência da máquina fiscal consegue garantir a manutenção das receitas. Aliás, é a própria autarquia a reclamar uma diminuição de receita na ordem dos 8 milhões de euros face ao ano anterior. A lógica de cariz do "profundamente público" em quase exclusividade na realidade do investimento revela que baseado neste modelo a redução do investimento tornar-se-á uma realidade marcante nos próximos anos.

Finalmente, a questão relacionada com o que é de manutenção e o que resulta em investimento. Entender que hoje ter cerca de 60% de despesas correntes do total de despesas é assumir que o projecto do concelho entrou em velocidade cruzeiro estando quase tudo feito. Será que está tudo assim realmente feito? Alguns dossiers em aberto, que serão ainda este ano alvo de promessas eleitorais demonstrarão que ainda à espaço para impor a ideia de começo. Começar investimentos, garantir um aumento de qualidade e aplicar novas opções. Em abono da verdade os cerca de 40% disponibilizados para investimento tornam-se pobres para quem o desejo e o gosto de ver o seu município ainda melhor faz parte da lógica da sua intervenção política.

Procuramos aqui, e no seguimento de outras intervenções sobre o tema, transmitir a ideia de que nesta votação não se discute a honorabilidade das contas e dos seus mentores. Quer-se antes espelhar a lógica de opções e do debate das ideias. O nosso sentido de voto visa o pronunciar uma opinião sobre o que politicamente este ultimo ano se optou por fazer. Daí que se na génese não estivemos de acordo também agora discordamos do percurso assumido. Iremos terminar este mandato com a inauguração de mais uma peça restaurada do passado que irá abrilhantar a nossa cidade mas também nela se irão espelhar as filosofias de gestão do nosso município. Seria lógica desde logo dinamizar aquele espaço fora da estrutura municipal tornando-o um pólo catalisador de riqueza e movimento da cidade. Seria de muito agrado

nosso perceber que aí deveria existir uma mudança de filosofia de gestão pois o que importa hoje é assumir um papel preponderante para com os nosso concorrentes mais directos. Se não for assim cairemos no risco de fazer ao Cine Neiva um pouco do que se fez ao nosso município. Impar no património, agradável de se ver mas com dificuldades no que concerne ao nivelamento de patamares de qualidade de vida e implantação a nível nacional.

Por tudo isto, e com a esperança de que o futuro nos demonstre o contrário do nosso pensamento, somos a votar contra este relatório de Gestão do ano de 2008.

O grupo Municipal.

Vila do Conde, 28 de Abril de 2009

Marganda Salgueiro